

DEBATE

AGOSTO

1980

35

FEMMINISMO

GREVE

PMDB

AUTONOMIA

CRISE

APRESENTAÇÃO

Segundo alguns círculos oposicionistas, o agravamento da crise econômica e as ameaças de retrocesso político mostram que a "abertura" não passa do canto de cisne da ditadura militar. Estaríamos inclusive na antecâmara de um Governo Popular imposto na marra por um vertiginoso levante das massas exploradas e oprimidas. Num outro extremo, há quem pense que a saída democrática só pode ser vislumbrada pelo isolamento político dos "duros" do regime. O papel das forças populares seria o de escorar a ala liberal da burguesia que almeja uma dominação legitimada pelo voto.

Desmistificar essa dicotomia é o objeto dos dois primeiros artigos deste número. Afirmam que o movimento popular não está condenado a escolher entre as rédeas da "transição controlada" e um galope impetuoso rumo a uma imaginária insurreição. O momento político não se caracteriza por um avanço infrene das forças revolucionárias da democracia e muito menos por uma exaustão da ditadura militar. Em tal contexto, Pedro Alves e Sérgio Ramos procuram expor suas críticas às falsas propostas de frente que dividem o movimento revolucionário hoje, reafirmando a necessidade de uma ampla política de alianças.

Com a mesma preocupação, Darcy Albuquerque analisa as contradições internas do PMDB que se materializam em seu programa, nas disputas entre as diversas correntes que nele convivem e em suas propostas de atuação conjunta com os demais partidos oposicionistas legais.

Mas as diversas orientações que procuram conduzir a luta popular não se manifestam apenas no terreno diretamente político. DEBATE não poderia deixar de examinar a atual situação do movimento sindical. Através de uma análise concreta da grande greve metalúrgica de Abril-1980, Antônio Carvalho e Romão Batista mostram as dificuldades que se antepõem à formação de uma vanguarda operária capaz de conduzir as lutas do povo trabalhador para a política e não para as armadilhas do espontaneísmo corporativista. E essa é, em última instância, a contradição dominante na formação do PT. Sua reunião nacional no início de junho - que constituiu, sem dúvida, um acontecimento positivo - mostrou também a forte presença em nossa esquerda de tendências puristas, ainda impermeáveis à influência do marxismo. Se por um lado, sua própria constituição já expressa a negação do corporativismo, por outro, os resultados do Encontro Nacional demonstram a existência de um nítido confronto entre social-democratas e obreiristas. E não é um acaso terem sido essas duas tendências a prevalecerem na gestão da "cidadela" criada em São Bernardo em meados de abril. Assim sendo, só cabem grandes manifestações de entusiasmo quando se ouve da boca de Olívio Dutra que o PT está prestes a assumir a bandeira de uma Assembleia Nacional Constituinte, desde que convocada por um Governo Provisório. É o sinal de que a experiência política começa a triunfar sobre a estreiteza economicista.

Ao lado do movimento sindical dos trabalhadores emergem outros movimentos sociais voltados contra formas de opressão da sociedade capitalista. Destes, o Movimento Negro e o Movimento das Mulheres são os mais significativos. A presente edição de DEBATE dá particular atenção à caminhada das feministas em sua luta pela emancipação da mulher. Como esse objetivo - de incalculável alcance histórico - não é ainda assumido de forma radical pelo nascente Movimento das Mulheres, Alice Paiva procura narrar as circunstâncias do aparecimento das idéias feministas em nosso país e analisar alguns dos equívocos presentes entre marxistas sobre esta questão. Aspecto crucial dessa mesma problemática - a autonomia - volta a ser tratada nestas páginas.

BREQUE NA ABERTURA?

p. alves

Tudo indica na evolução política recente do País que o regime militar caminha a passos largos para uma situação embaraçosa. Por um lado, exprimindo o projeto político do grupo "castelista" que ocupa o Palácio do Planalto, o governo reitera sistematicamente sua intenção de prosseguir o processo de "abertura" democrática, isto é, o processo de transição controlada do poder político das mãos do Alto Comando militar para a burguesia monopolista, através do fortalecimento gradativo das instituições republicanas e antes de tudo do poder legislativo. Por outro lado, entretanto, aprofunda-se cada vez mais a distância entre esta determinação e os fatos que o País contempla: o governo prende dirigentes operários e intervém em seus sindicatos; emprega a corrupção em larga escala como método de formação de sua maioria parlamentar, empenhando seu próprio ministro da Justiça, Abi-Ackel, nesta baixa negociata política; permite que ministros militares processem com base na Lei de Segurança Nacional um deputado federal no momento mesmo em que o poder legislativo tem como certa a recuperação de suas prerrogativas; esforça-se por adiar as eleições municipais deste ano; levantando com um braço a bandeira da "abertura", o governo faz com o outro baixar sobre o próprio poder judiciário a espada do despotismo e da submissão, tanto no caso da greve do ABC, quanto na oferta da legenda do PTB à amiga do Dr. Golbery, Ivete Vargas, ressuscitando ao mesmo tempo o cadáver político do ex-presidente Jânio Quadros.

Em suma, inumeros são os fatos a indicar que durante o ano de 1980, o processo de "abertura" política, tal como o concebe o próprio regime, vem enfrentando grandes dificuldades. O próprio líder do governo no Senado, coronel Jarbas Passarinho, embora negando um retrocesso no cronograma político do regime, reconhece que a ditadura decretou "uma pausa para pensar" (O Estado de São Paulo, 6/7/1980).

A situação no terreno econômico não é muito diferente: o regime, por um lado, tranquiliza a grande burguesia e proclama que o País vencerá a crise econômica sem ser atingido pela recessão; por outro lado, entretanto, a espiral dos índices inflacionários e o crescimento da dívida externa o obrigam a adotar medidas de conteúdo claramente recessionista, como a limitação dos investimentos das empresas estatais. Por um lado o governo anuncia seu desejo de reduzir a intervenção estatal na economia; por outro lado, entretanto, amplia a ação do Conselho Interministerial de Preços, intensifica o controle das importações, tabela produtos alimentares na esperança de segurar a inflação, em suma, na voz de um empresário: "Paralelamente a essa abertura política, acho que tivemos um fechamento econômico. Os controles econômicos tornaram-se muito mais rígidos, eu diria, do que na época do governo mais autoritário e hoje estamos numa situação em que não se pode falar de economia de mercado propriamente. Hoje temos no País controle de preços, como for

ma de combate à inflação e tentativa de resolver problemas conjunturais. A ação empresarial está realmente tolhida em sua liberdade de decisão" (José Mindlin, Gazeta Mercantil, edição especial, 29/4/1980).

Constatar estas dificuldades não significa proclamar o acuoamento do regime, a derrota de seu projeto político, a iminência da volta do terrorismo de Estado como principal forma de governo, em suma, o fim da "abertura". Apesar de todos os obstáculos que tem pela frente, é importante observar que o regime revela uma considerável energia para implantar o seu cronograma político e exercer o controle sobre o processo de "abertura". E nos próximos passos deste cronograma estão duas operações decisivas: o voto distrital e a transformação do Congresso, eleito em 1982, em assembléia constituinte. É evidente que, com a desorganização das forças oposicionistas provocada pela reforma partidária, e sobretudo se vigorar o regime do voto distrital, o partido do governo terá grandes chances de formar a maioria no Congresso Nacional em 1982 e, portanto, de legitimar inclusive pelas urnas o seu projeto político. Qualquer análise séria da situação nacional, hoje, deve partir desta constatação: a ditadura tem em suas mãos instrumentos políticos que lhe permitem realizar com uma considerável margem de segurança o seu projeto de "abertura". É claro que estes instrumentos são conservadores, autoritários e que repousam em última análise sobre o próprio caráter repressivo do regime isto é, sobre seu aparato policial-militar e sobre a legislação de exceção, a começar pela Lei de Segurança Nacional. É forçoso reconhecer porém, que, do ponto de vista do regime, tanto seu aparato repressivo quanto a legislação de exceção são instrumentos de controle para o próprio desenvolvimento do processo de transição. E o essencial para a ditadura é que - com o respaldo do aparato repressivo e da legislação de exceção, é claro - suas principais iniciativas políticas recebam a aprovação do Congresso Nacional, sejam legitimadas por uma instância teoricamente representativa da opinião nacional. Assim foi com a anistia e a extinção do MDB, assim pretende o regime que seja com o voto distrital e a Constituição de 1982. Isso significa que o retrocesso, o recurso sistemático ao terror de Estado como forma de exercício do poder não fazem parte dos planos do regime e não constituem a tendência mais provável da evolução política nacional, embora persistam no interior do próprio regime - mas com influência cada vez mais limitada - círculos de extrema direita interessados em promover uma volta atrás (1).

Em política, como na guerra, reconhecer a força do inimigo não significa ou torgar-lhe de antemão a vitória. Assim, é fundamental para a oposição democrática levar em consideração não apenas a força do regime, mas também as dificuldades que ele vem mostrando nos últimos meses - sobretudo após a morte de Petrólio Portella - na condução de seu projeto. Dois fatos importantes diferenciam a atual situação nacional daquela vivida no País durante os primeiros meses do governo Figueiredo:

1º São cada vez maiores as dificuldades que o regime encontra em cooptar e, portanto, em neutralizar politicamente, setores importantes das forças de o-

(1) O general Milton Tavares e o próprio governador do Estado de São Paulo, Paulo Maluf, parecem ser duas importantes expressões destes círculos. É notável, por exemplo, a diferença entre as declarações do governo federal e a dos representantes destes círculos de extrema direita, tanto durante a greve do ABC quanto no caso do atentado ao jurista Dalmo Dallari.

posição.

2º O desenvolvimento das forças democráticas hoje é marcado por uma forte tendência à unidade política das diversas correntes oposicionistas.

Para compreender os motivos e o significado destas novas características é necessário uma breve análise da evolução política recente do regime.

1979: o regime na ofensiva

Os primeiros meses do governo Figueiredo caracterizaram-se por dois traços básicos:

1º O governo conseguiu concentrar em suas mãos, durante este período, a iniciativa da luta política no plano nacional. A reformulação partidária, o caráter parcial da anistia, a recuperação da confiança da grande burguesia no regime com a queda de Mário Henrique Simonsen e a ascensão de Delfim Netto à Secretaria do Planejamento, estes são fatos que revelam uma inegável ofensiva política da ditadura durante o ano de 1979. Se por um lado o regime adotou uma atitude repressiva ao extinguir o MDB, por outro, ele conseguiu - através deste expediente - satisfazer, ao menos parcialmente, o desejo de organização independente de frações importantes do movimento democrático. A própria anistia, importante conquista do movimento popular, contribuiu neste período para tornar públicas as divergências entre diversos dirigentes opositores. Neste sentido, é incontestável a capacidade que o regime manifestou de neutralizar politicamente (e não através do terror de Estado, da tortura) o avanço das forças democráticas. A ditadura conseguiu levar adiante, durante os primeiros meses do governo Figueiredo, num ritmo que ela impunha, sob a forma que ela havia concebido, e atendendo globalmente às aspirações da burguesia monopolista, o seu projeto de "abertura". O regime controlava um processo efetivo de transição do qual ele - e não as forças populares - era o polo dinâmico.

É claro que a mobilização popular influenciou sobre a conquista de certas liberdades públicas, sobretudo a partir de 1979. É, no entanto, um gravíssimo equívoco (no qual incorrem diversos setores do movimento democrático e comunista) considerar que a evolução política vivida pela sociedade brasileira em 1979 foi fruto exclusivamente da mobilização popular, como se nesse período o governo estivesse desmoronando diante de um avanço incontrolável do movimento democrático. Na raiz deste equívoco está a incompreensão da própria existência do processo de "abertura", está a incapacidade em entender a aspiração da burguesia monopolista brasileira - fortalecida política e economicamente pelos 16 anos de ditadura - de controlar diretamente, e não mais através da corporação militar, o poder de Estado. Para os grandes monopólios este controle não pode se dar mais, como vem acontecendo até aqui, através de entendimentos esporádicos, de conversas particulares entre os empresários e os representantes do regime. Exercer o poder político não significa simplesmente transitar com liberdade pelos corredores do Palácio do Planalto. Ao contrário, do ponto de vista dos grandes monopólios, é fundamental que as instituições políticas nas quais se apóia a dominação burguesa sobre a sociedade sejam legitimadas pelo sufrágio universal.

A grande burguesia, hoje, divide-se quanto ao ritmo em que deve se dar este processo de transição e quanto ao tipo de governo que é capaz de levá-lo a bom termo. Enquanto alguns confiam cegamente na própria ditadura para a condução deste projeto, outros querem vê-lo acelerado, organizando-se para isso no Partido Popular de Tancredo Neves e Magalhães Pinto e outros, ainda, (como Severo Gomes e Teotônio Vilela) não concebem esta transição sem uma ruptura com o regime atual, através da convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte, baseada na mobilização popular. Mas apesar destas diferenças, a sua aspiração política de classe é uma só: o fortalecimento das instituições republicanas, a desconcentração do poder das mãos do Alto Comando militar, premissas indispensáveis para que a classe economicamente dominante na sociedade torne-se a classe politicamente dirigente. O primeiro traço marcante do ano de 1979 foi, portanto, a capacidade que teve o regime de aparecer como o principal realizador desta aspiração política dos grandes monopólios.

2º Paralelamente a este avanço do regime, as forças populares mostraram-se durante este período divididas e pouco organizadas, tanto no plano político quanto sindical. A formação de novos partidos consumiu (e ainda consome) boa parte das energias que as forças oposicionistas poderiam ter dirigido à luta contra o regime. Mesmo no interior do PMDB, o trabalho de reconstrução partidária tem sido um sério obstáculo à mobilização democrática, na medida em que a formação das comissões provisórias passa, inevitavelmente, por um processo de luta entre todas as correntes do partido. Em suma, durante 1979 (e estes fatores ainda não foram superados hoje), a diversidade das forças oposicionistas sobrepôs-se claramente à sua unidade na luta contra o regime. No terreno sindical, as divisões foram igualmente sérias, sendo sua principal expressão a greve dos metalúrgicos paulistas na qual o operário Santo Dias foi morto pela polícia (ver a propósito "Democracia no Sindicato" - Antônio Carvalho, Debate nº 34). A divisão do movimento sindical explica em grande parte porque, na sua esmagadora maioria, as lutas operárias não alcançaram vitórias significativas no plano econômico.

1980: dificuldades crescentes

A situação nacional hoje começa a tomar um rumo diferente daquele que caracterizou o início do governo Figueiredo. É cada vez mais difícil para o regime neutralizar politicamente e dividir as forças oposicionistas. As iniciativas que o governo vem tomando e que anuncia para o encaminhamento do seu projeto não satisfazem - ao contrário do que ocorreu com a reformulação partidária e com a anistia - nenhuma corrente importante do movimento democrático. O voto distrital e a possível proibição das coligações partidárias (para não falar do adiamento das eleições de 1980) levam o regime ao descrédito, mesmo junto àqueles setores que acreditavam em seu projeto. Se no início do ano passado os dirigentes do PP e do PTB (atual PDT) reafirmavam sua confiança na capacidade do regime levar a bom termo o processo de "abertura", hoje, diante das incessantes manobras a que se reduz a atividade política da ditadura, estes mesmos dirigentes não apenas insistem na tese da unidade das oposições, como chegam a aventar a hipótese de uma fusão dos diversos partidos oposicionistas para enfrentar as artimanhas do regime. A própria confiança que a grande burguesia depositara no regime a partir da concentra

ção dos poderes econômicos nas mãos do ministro Delfim Netto começa a sofrer um nítido desgaste(2).

Na realidade, o desenvolvimento do projeto político do regime e sobretudo a sua capacidade de neutralizar setores importantes das forças oposicionistas (objetivo que, conforme se encarregou de esclarecer o Gal. Golbery, em sua conferência de julho, na Escola Superior de Guerra, é uma pré-condição essencial para a própria "abertura") vem esbarrando em duas dificuldades fundamentais:

19 A espiral inflacionária e o crescimento constante da dívida externa (que até o final de junho já havia ultrapassado a casa dos US\$ 52 bilhões) vêm a balando profundamente a confiança que a grande burguesia deposita no regime. O desenvolvimento do processo de "abertura" não tem permitido aos empresários o atendimento a uma de suas reivindicações fundamentais: a diminuição do controle estatal sobre a vida econômica do País. Se a "abertura" política for acompanhada no plano econômico por uma excessiva centralização do poder de decisão nas mãos do executivo, ela deixa de interessar à grande burguesia. O governo, em função disso, prometeu a descentralização e tomou várias medidas neste sentido, mas o próprio desenvolvimento da situação econômica o impede de cumprir a palavra e ele é obrigado a intensificar o controle dos preços e das importações, atingindo a grande burguesia naquilo que ela mais preza, a sua "liberdade de decisão", para empregar a expressão de José Mindlin.

É praticamente impossível para um país capitalista, nos dias de hoje, reduzir a intervenção estatal na economia numa situação de crise. Uma das características básicas do capitalismo de monopólios contemporâneo é que a tendência às grandes depressões cíclicas é em grande parte refreada exatamente através de uma crescente intervenção do Estado, sob as mais diversas formas, em diferentes setores da vida econômica do país. Este é o principal motivo pelo qual o governo submete o fim do "fechamento econômico", ao qual se refere o empresário José Mindlin, ao sucesso de sua política anti-inflacionária e ao controle da dívida externa. Neste sentido, é significativa a promessa que Delfim Netto fez aos empresários, aos quais explicava a sua política econômica, no final de junho, de que "tão logo a inflação ceda, em uma tendência irreversível e segura, o governo vai iniciar um amplo processo de liberação de preços na economia, mantendo sob controle do Conselho Interministerial de Preços apenas cerca de 300 a 350 empresas" (Gazeta Mercantil, 30/7/1980).

20 A última greve do ABC revelou à sociedade, com a crueza dos cassetetes e das bombas de gás lacrimogênio, a forma como o regime pretende tratar os trabalhadores que lutam organizadamente na defesa de seus interesses. O projeto de "abertura", enquanto processo de transição controlada do poder do Alto Comando militar para a burguesia monopolista, tem como um de seus pressupostos fundamentais exatamente a desmobilização, não apenas do movimento o-

(2) Um levantamento de opinião realizado semestralmente pela revista Exame entre 300 empresários revelou uma recente e sensível queda do prestígio dos ministros da área econômica junto à grande burguesia (nº204, julho de 1980).

perário, mas de todas as forças populares. Para a ditadura, assim como para amplos setores da burguesia monopolista, tão importante quanto a "abertura" é a sua evolução sem traumas políticos ou sociais, isto é, sem que as liberdades políticas sejam conquistadas sob o impulso da mobilização do povo trabalhador. Sob este prisma é legítima, por exemplo, a luta pelo direito de greve, mas é insuportável que este direito seja conquistado na prática, pelos próprios operários em greve. É, portanto, na relação do regime com a organização dos trabalhadores que o projeto de "abertura" encontra o seu principal limite. Cada luta econômica importante onde os trabalhadores se mostram unidos e organizados (como foi o caso do ABC) será transformada pelo regime numa questão de "segurança nacional", pois a mobilização ampla e massiva da classe operária e dos trabalhadores rurais é absolutamente incompatível com o seu projeto de "abertura" política.

Mas ao revelar este limite, o regime revela nada mais que o limite de seu próprio projeto, pois do ponto de vista da classe burguesa é inaceitável o fato de que cada luta econômica importante dos trabalhadores desemboque pelo bloqueio das negociações e pela repressão - num enfrentamento político de repercussão nacional. É natural que nos momentos de conflito, os setores da burguesia diretamente envolvidos nas negociações apoiem de maneira coesa e disciplinada a ação repressiva do Estado, ferindo inclusive os mais elementares princípios liberais sobre os quais se assenta a sua própria atuação política. Entretanto, do ponto de vista da grande burguesia no seu conjunto, os conflitos econômicos na sociedade não podem ser resolvidos sob a disciplina dos quartéis, é fundamental a possibilidade de negociações diretas, exatamente para impedir que cada luta econômica se transforme num conflito político.

É isso que explica a condenação de setores importantes da grande burguesia à conduta do governo, durante a greve do ABC. Figuras de destaque do PP, por exemplo, manifestaram apoio e solidariedade aos grevistas. O jornal O Estado de São Paulo, ao mesmo tempo em que advertia contra o "radicalismo" e a "intransigência" dos operários, censurava severamente a intervenção do governo no sindicato dos metalúrgicos e a prisão dos dirigentes operários.

Embora a dispersão e a fragilidade sejam características ainda importantes no interior do movimento operário - vítima da repressão desenfreada que sobre ele se abateu nos últimos anos - é provável que no segundo semestre se assista à explosão de inúmeros conflitos sociais em função dos dissídios coletivos deste período. É importante, neste sentido, que as lutas econômicas do movimento operário sejam conduzidas dentro da perspectiva maior das forças populares, hoje, que é a acumulação de forças na luta contra o regime.

Nenhuma resposta é melhor para a política elitista e discricionária da "abertura" que a mobilização unitária, organizada e massiva dos trabalhadores. Inversamente, as divisões no movimento sindical, as greves tiradas "na marra", sem o apoio do conjunto da categoria, este é o campo no qual melhor germina a semente da "democracia relativa" do Palácio do Planalto.

A crise econômica e a mobilização dos trabalhadores (ainda que incipiente e dispersa) tendem, portanto, a estreitar cada vez mais a margem de manobras do regime. Isto não significa, é claro, que sua derrota é iminente, ou que a in-

flação vai levar fatalmente a um retrocesso político por parte do regime. Nunca é demais salientar que o regime concentra em suas mãos poderosos instrumentos para sua sobrevivência e a de seu projeto político. No entanto, são cada vez menores as chances de que a ação destes instrumentos seja capaz (como ocorreu em 1979 com a extinção do MDB e a anistia) de dividir a posição e de cooptar para o regime o apoio de parcelas significativas do movimento democrático. Mesmo aqueles setores oposicionistas que depositaram um voto de confiança no governo Figueiredo (alguns chegando inclusive a compará-lo ao rei Juan Carlos, da Espanha) percebem que nos próximos passos do projeto de "abertura" está antes de tudo o fortalecimento do partido do governo. A esperança de que liberais "moderados" pudessem participar do poder durante o período de transição desfaz-se de maneira acelerada. Fica claro para todas as correntes oposicionistas que o regime quer, para a implantação de seu projeto, o respaldo da coesão, tanto no plano militar quanto no plano partidário, o que, ao menos imediatamente, exclui a participação de qualquer representante oposicionista em postos importantes do executivo.

Por outro lado, entretanto, se há algo que pode ameaçar o projeto do regime é a unidade de todas as correntes oposicionistas. A tática política da dita dura consiste em enfrentar unida um inimigo dividido, conforme ensinou aos alunos da Escola Superior de Guerra o general Golbery. O que há de novo hoje na situação nacional é que esta tática começa, ao menos em parte, a produzir um efeito contrário ao seu objetivo: as dificuldades que o regime enfrenta, a necessidade de que ele se apresente coeso para resolvê-las e a exclusão do poder de qualquer força oposicionista que daí decorre, são fatores objetivos de unidade de todas as correntes democráticas.

São sobretudo estes fatores que explicam o forte impulso unitário que se observa no interior da oposição, onde ganha cada vez mais vigor a idéia de uma plataforma mínima pela ampliação das liberdades políticas. Evidentemente, cada corrente possui uma visão distinta do que deve ser esta plataforma mínima: o PP, por exemplo, pretende concentrá-la na luta contra a Lei de greve, contra a Lei de Segurança Nacional e contra a Lei de imprensa. Já o PMDB considera com razão, que o eixo desta plataforma mínima está na convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte, soberana e livremente eleita, posição idêntica à do PDT de Leonel Brizola. Ao que tudo indica, aliás, a posição do PP, neste sentido, evoluiu da idéia de transformar o atual Congresso em Constituinte para o projeto de "uma Assembléia Constituinte livremente eleita e que, com idêntica liberdade, elabore uma Constituição adequada à realidade do País e aos anseios do povo" (Thales Ramalho, O Estado de São Paulo 3/7/1980). Neste sentido, é importante também a recente declaração do cardeal arcebispo de São Paulo, D. Paulo Evaristo Arns, a favor da constituinte. Resta a saber qual será a posição definitiva do PT a este respeito, se ele vai lutar para ocupar uma posição de destaque na frente real que se organiza, que mobiliza a maioria da oposição ou se, em nome de um programa pretensamente mais radical, acabará por fechar-se sobre si mesmo, abandonando na prática a luta política efetiva. Concentrar forças na Constituinte não significa sujeitar-se obrigatoriamente à direção política dos liberais, mas justamente lutar para que esta conquista democrática seja o produto da organização das massas, de sua tomada de consciência de que é participando na vida política do País que o povo trabalhador poderá se preparar para dirigir a resolução dos grandes problemas nacionais.

INTENTOS ENGANADORES

S. ramos

A orientação central da ação revolucionária, hoje, só pode ser a de congregar contra a Ditadura forças decisivamente superiores às suas. Toda tentativa de fracionar o movimento oposicionista, ou de levar somente uma parte dessas forças a formas de luta extremadas, será necessariamente nefasta. Concentrar o máximo de forças no ponto mais fraco do dispositivo inimigo continua sendo uma regra elementar da política. Mas ela está sendo ignorada, ou esquecida, por parte significativa dos revolucionários, inclusive comunistas.

Isto é particularmente flagrante nos agrupamentos que recusam de empenhar-se na constituição de uma verdadeira frente única de luta pela efetivação de uma Constituinte, como é o caso do MR-8, de algumas correntes do PT, e de forma menos explícita, da tendência do PCB liderada por Prestes.

Para o primeiro, a Constituinte não deve ocupar o centro de seu trabalho de propaganda, pois, "em função do caráter de transição obrigatoriamente necessário ao período que se siga a uma derrubada revolucionária da ditadura militar, essa Assembléia Constituinte, em nossas condições, será insuficiente para instituir medidas essenciais, necessárias à liquidação da ditadura e de suas bases de sustentação.." (Cf. Resoluções do IIº Congresso sobre Tática). Em seu lugar, consideram como centro da orientação revolucionária a "bandeira do Governo Popular". Isto significa que essa organização procura congrega somente as forças sociais e políticas que além de lutarem pelo fim da ditadura, aspiram à formação de um governo de caráter popular que não se submeterá a uma Constituição elaborada por assembléia livremente eleita. Ou seja, o MR-8 quer levar apenas uma parte das forças que se opõem à Ditadura a um tipo de luta bem mais radical; e não concentrar o máximo de forças no ponto mais fraco do regime militar.

Essa política de formação de uma frente, necessariamente mais estreita que o conjunto de forças que se posicionam hoje pelo fim do regime e exigem uma Constituinte, é uma característica comum às tendências acima citadas, seja qual for o nome que lhe atribuíam: "popular", "dos trabalhadores", ou "de esquerda". Prestes, por exemplo, quer que a frente assuma um programa que objetive a "liquidação do domínio dos monopólios nacionais e estrangeiros e a limitação da propriedade da terra com o fim do latifúndio". E a indefinição atual do PT a respeito da Constituinte, e do próprio caráter da frente a ser construída, revela a existência de setores hostis à idéia de consolidar uma frente única anti-ditadura.

Evidentemente, essas três componentes revolucionárias não têm nenhuma predileção congênita pelo fracionamento do movimento oposicionista. Afirmá-lo seria se ater a um aspecto secundário que, por mais presente que esteja na for

ma de agir de alguns, não é suficiente para explicar as razões dessa proposta política. A base dessa concepção, comum às três tendências, é a avaliação voluntarista das condições existentes para o exercício de uma hegemonia popular na luta pela democracia. Tudo é visto como se a atual crise econômica estivesse decisivamente conspirando contra o regime militar, e as massas populares tão organizadas e conscientes que faltaria apenas um passo para o grande dia da derrubada revolucionária da ditadura. O boletim "Unidade Proletária" afirma em editorial do nº 38 que "o movimento operário e popular prossegue em sua marcha para a frente, deixando claro que o confronto geral que deitará esta Ditadura por terra e construirá o Governo Popular, não é coisa para um futuro longínquo".

Profetismo

O MR-8 compartilha essa mesma visão. Em brochura recente intitulada "Marchar à frente ou ir a Reboque?", caracteriza o atual momento político da seguinte forma: "Aproximam-se grandes lutas políticas e sociais...serão tempos de crise aberta, de tempestades sociais, de grandes tensões. Serão tempos onde as massas populares se lançarão à luta amplamente e aprenderão com vertiginosa rapidez. A crise se aproxima. Os sintomas são claros. A cada dia que passa é mais patente a dificuldade das classes dominantes para seguirem dominando o povo como vieram dominando nos últimos anos. Diminui rapidamente a autoridade dos governantes, mesmo sobre as camadas mais atrasadas da população. Cresceu a participação, as lutas, as greves, as manifestações de rua, as explosões de descontentamento. Operários, trabalhadores, estudantes e, já agora, assalariados agrícolas e camponeses, em todos os centros do país, passam à luta, e demonstram que não aceitam mais passivamente a carga da exploração e da opressão. As personalidades burguesas mais atentas, tanto as que apoiam a ditadura como as que a ela se opõem, advertem que estamos nos aproximando de um limite "perigoso". Todos sentem que vem chegando um momento de virada. Uns com esperança, outros com temor. Mas todos sentem que as coisas estão para mudar."

Segundo essa previsão apocalíptica, nosso país estaria prestes a se transformar numa nova Nicarágua, ou na pior das hipóteses num Irã. Na realidade, isto é, antes de qualquer vaticínio, o que se constata é que durante o ano de 1979 o ascenso do movimento popular teve uma certa desaceleração. Algumas derrotas sofridas no plano reivindicatório e a intensa reorganização da vida política imposta pela reformulação partidária, tiraram o poder de iniciativa política que o movimento popular recomeçara a adquirir na conjuntura 1977/78. Mesmo em suas manifestações mais significativas - as greves do ABC - nota-se a debilidade orgânica do movimento operário brasileiro, ou seja, sua dificuldade de manter a ofensiva. A própria greve metalúrgica de abril de 1980, exemplar pela energia de que deram mostras os operários de São Bernardo e Santo André, prova que o movimento operário como um todo ainda não pode escorar decisivamente seus setores de vanguarda.

Apesar da difícil situação econômica do país, que é fator objetivo de crise, a burguesia tem conseguido dificultar a iniciativa das massas, e as forças revolucionárias - particularmente os setores mais avançados do movimento operário - não se encontram em condições de impor uma ruptura revolucionária, o assalto direto das massas.

Não se trata, no entanto, de concluir pela fatalidade de uma lenta e controlada "redemocratização". A correlação de forças poderá ser modificada com o desenvolvimento do movimento popular, e o fim da ditadura poderá dar lugar a um regime de democracia política mais avançado que a democracia liberal; um regime que realize as principais reformas estruturais que permitam, posteriormente, uma transição à democracia socialista. Mas não é com profecias ou predições sobre a fatalidade de uma ruptura revolucionária que se contribuirá para modificar essa correlação de forças. E muito menos com propostas de se restringir a frente anti-ditadura aos segmentos já comprometidos com essa perspectiva política.

O que pode congrega e unificar grande número de forças anti-ditatoriais no momento atual é a batalha por um governo provisório que convoque eleições para uma Assembléia Nacional Constituinte. A questão do caráter de classe, tanto do governo provisório, como do regime que resultará da Constituinte não é uma questão que possa ser resolvida hoje, a não ser de forma voluntarista. Tudo dependerá da correlação de forças no interior da frente que porá fim ao regime militar. Para quem já decretou o caráter "popular" dessa frente fica evidentemente fácil "resolver" o resto.

Formação da frente

Para formar uma frente que ponha fim ao regime militar há que se lutar, em primeiro lugar, pela unidade de ação dos partidos oposicionistas legais. Essa unidade pode ser conseguida em várias lutas democráticas concretas e consolidada em torno da bandeira da Constituinte. Mas ela exige também a conquista de alianças com a Igreja Católica e com as frações progressistas das Forças Armadas.

Por outro lado, uma orientação política consensual não nascerá sem um grau de esforço consciente nesse sentido. Combater o voluntarismo não significa negar que é a vontade que disciplina o acaso e dele se aproveita. A questão essencial está, portanto, a nosso ver, na direção política da luta contra a ditadura, na necessidade de uma hegemonia popular na luta pela democracia. Nesse sentido, o processo de constituição da frente exigirá que se encontre um terreno de entendimento entre as organizações revolucionárias, e sobretudo entre os comunistas, por maior que seja a diversidade de posições políticas e opiniões. Os setores de vanguarda da classe operária e dos trabalhadores do campo dificilmente conseguirão atrair para junto de si o conjunto das forças populares e democráticas sem essa unidade política dos partidos, organizações e círculos revolucionários.

E neste ponto a razão está certamente com Prestes e não com a maioria do Comitê Central do PCB. Estes últimos, ao se empenharem, com justeza, numa política de frente única, abandonam por vezes a tarefa de favorecer simultaneamente os instrumentos de intervenção do polo popular dessa frente, isto é, de incentivar a organização própria das forças motrizes da frente. Uma tal propensão ao reboquismo os leva a atitudes estranhamente derrotistas, como indica o editorial do jornal VOZ DA UNIDADE de número 14 (5/7/80). Afirma-se aí que lutam por "uma saída democrática pela qual a classe operária e as forças democráticas devem estar dispostas a pagar qualquer preço". Ou seja, para os editorialistas, tudo é negociável e de tudo se pode abdicar para que

a burguesia realize sem problemas uma transição para a democracia liberal. Mesmo que a "saída democrática" signifique uma profunda rearticulação da dominação burguesa, através de mecanismos aqui-conhecidos e experimentados - como é o caso do voto distrital. Essa política de renunciar antecipadamente à conquista de uma hegemonia popular na luta pela democracia é tão nefasta quanto a das tendências apocalípticas que também combatem. É tão perigosa quanto a política do "quanto pior melhor", que tudo aposta na crise.

A intervenção das massas

Sem a unidade das forças de esquerda não será possível alcançar uma direção unificada da frente anti-ditadura e o peso das correntes revolucionárias da democracia não se tornará decisivo. Sem essa unidade, os setores mais avançados dos trabalhadores do campo e das cidades não se fortalecerão politicamente, ideologicamente e organicamente na luta pela democracia; o que será um grande obstáculo para que se estabeleça uma hegemonia popular no interior da frente. E sem essa hegemonia, o governo provisório e a Constituinte acabarão por conduzir - na melhor das hipóteses - a uma reorganização liberal do poder de Estado burgueses.

Mas esse temor não deve levar os revolucionários a abdicar da concentração de todas as forças para alcançar uma Constituinte, e muito menos a restringir arbitrariamente a frente, como fazem o MR-8, setores do PT e, de forma ambígua, a tendência Prestes do PCB. É claro que os riscos de uma reconversão liberal existem. Mas não é fazendo uma aposta messiânica na capacidade política da classe operária e das demais forças populares que se resolve o problema, mas sim propondo objetivos políticos adequados ao grau de organização e consciência dos movimentos sociais capazes de somar o maior número de energias contra a Ditadura.

Qualquer que venha a ser o curso concreto dos acontecimentos que levarão ao fim da ditadura militar, o principal dever dos comunistas é promover por todos os meios a intervenção direta das massas na luta política em escala nacional. Apoiar a fundo a intervenção das massas, sintetizar suas experiências e seus avanços, não significa cair no culto da espontaneidade revolucionária, mas colocar-se a serviço da realização integral das aspirações e reivindicações imediatas dos trabalhadores da cidade e do campo.

Isto significa que no momento em que se reunirem as condições propícias à generalização da intervenção política das massas, os comunistas lutarão pela concretização das grandes decisões e das grandes iniciativas que possam aprofundar a democracia em seus aspectos econômico-sociais.

Os comunistas lutarão para que a Assembléia Nacional Constituinte não tolha ou limite a ação das massas, bem como para que o governo provisório se coloque a serviço da iniciativa das massas populares. Essa iniciativa não é negociável e a ação dos comunistas terá de ser a de fazer com que o governo provisório apoie a luta dos trabalhadores agrícolas pela terra e dos operários pelas nacionalizações democráticas, por salários e condições de trabalho dignas. Só essa mobilização das massas poderá impedir que a crise da ditadura militar acabe por dar lugar a uma simples "reconversão liberal".

DESCOMPASSOS DO PMDB

d. albuquerque

A conquista da democracia é o grande objetivo histórico do PMDB. O que o distingue, no terreno programático, de todos os demais partidos oposicionistas legais é o fato de que estes, além do regime democrático, já preconizam um certo modelo de sociedade, uma determinada organização das relações dos homens entre si e com o Estado. Tendem, portanto, a se formar enquanto correntes políticas e ideológicas bastante definidas e com um ponto de vista próprio, não apenas no terreno da luta contra a ditadura, mas também no que se refere à organização social e econômica que sucederá o regime militar. Assim, o PDT luta por um "socialismo democrático", para cuja implantação a via especificamente brasileira seria o trabalhismo. O PP visa construir no país uma democracia burguesa de tipo liberal, conforme alguns modelos europeus. O PT luta por um governo dos trabalhadores. O PMDB, ao contrário, limita seu objetivo programático ao fim do regime e à conquista da democracia, sem estabelecer, ao mesmo tempo, o tipo de sociedade que almeja. Seus objetivos são limitados pela própria natureza frentista de sua organização.

Para o PMDB, o essencial é a conquista das condições necessárias para o exercício da soberania popular, isto é, a conquista da democracia como meio de realização das grandes aspirações sociais do povo brasileiro. E a conquista da soberania popular exige o fim do regime ditatorial pressupondo, portanto, a realização de certas mudanças sem as quais ela não poderá ser efetivamente exercida. A saber: extinção dos órgãos policiais e militares criados pelo regime para perseguir os democratas; pela liberdade política e sindical, com a revogação de toda a legislação de exceção - e particularmente da Lei de Segurança Nacional -, convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte soberana, livremente eleita por voto direto, obtida previamente a ampliação da anistia de modo a alcançar os condenados a partir de 1964.

Problemas

Apesar da justeza de sua orientação central, o programa básico do PMDB apresenta alguns problemas fundamentais, tanto no plano político, quanto no plano econômico.

Em primeiro lugar, não preconiza explicitamente a necessidade de um governo provisório de coalizão democrática que convoque a Assembleia Nacional Constituinte. Uma Constituinte, para que seja efetivamente soberana, deverá ser convocada por um governo que subordine a sua própria existência às determinações constituintes dos representantes eleitos pelo povo. Além disso, é esse governo que deverá garantir as liberdades imprescindíveis para a manifestação pública de todas as correntes de pensamento da sociedade. Como deveriam as "reformas institucionais necessárias à instalação de um regime democrático e ao exercício dos direitos políticos", como reza o programa do PMDB,

serem elaboradas sob a atenta vigilância de um Executivo dominado por nossos próprios carrascos? Enquanto o poder estiver nas mãos da burocracia militar, qualquer congresso ou assembleia terá um caráter consultivo. Não exercerá o poder de constituir.

Em segundo lugar, o programa é omissivo sobre a organização da defesa nacional e sobre a participação das Forças Armadas na vida do país, tudo se passando como se a atual estruturação das Forças Armadas e a concentração absoluta de poderes nas mãos do Alto Comando Militar não representasse a própria sobrevivência do regime. Assim, a estabilidade de qualquer evolução democrática estará sempre ameaçada. É absolutamente necessário que as FFAA deixem de ser a materialização da doutrina de segurança nacional.

Por outro lado, no plano econômico, embora afirme que "o objetivo primordial da política econômico-social é a erradicação da miséria e dos mecanismos que a reproduzem", em nenhum momento (a não ser no que se refere à indústria farmacêutica, e ainda assim de forma ambígua) é colocado em xeque o poder dos monopolios. Isto significa que, além da reforma agrária, o programa não prevê nenhuma reforma estrutural para atingir esses objetivos. Nosso ponto de vista a respeito do programa econômico-social de um governo democrático é, portanto diverso daquele expresso pelo programa do PMDB. Para nós, a democratização da vida econômica e social do país passa necessariamente por três medidas de grande alcance: o combate à dependência econômica e financeira com relação ao imperialismo; a extinção do latifúndio e o fim dos grandes monopolios.

Esse conjunto de divergências programáticas não impedem, no entanto, nossa militância no PMDB. Apenas coloca a necessidade dos elementos mais consequentes da frente democrática contemplarem constantemente a discussão do programa partidário apontando-lhe os limites e a necessidade de sua superação à medida que o avanço do movimento democrático o exija. O atual programa do PMDB expressa o pacto possível entre as forças que o compuseram após a extinção do MDB. Ele expressa o nível de concordância atingido. Mas não significa que as discordâncias devam ser sepultadas, colocando-se as forças populares à reboque dos liberais. Ao contrário, as próprias formas que permitem administrar as divergências estão contempladas em seus estatutos.

A inércia liberal

Embora composto por democrata-cristãos, social-democratas, socialistas, comunistas, o principal segmento do PMDB é constituído por forças liberais. No entanto, mesmo este predomínio liberal expressa algo de novo em relação ao antigo MDB. A "reforma partidária" que possuía entre seus objetivos o de enfraquecer a oposição, promovendo sua divisão, dividiu também o campo liberal, redefinindo a questão da unidade política das forças democráticas. No MDB as diferenças de concepção contidas no campo liberal, não encontravam formas de expressão e, no máximo, se traduziam em disputas de cunho personalista. Após a "reforma", uma parte das forças liberais de oposição se comprometeu claramente com o objetivo de se atingir a democracia através de ampla mobilização popular que culmine numa Constituinte. Já os liberais mais ligados ao grande capital puderam, por sua vez, explicitar um projeto próprio para o conjunto da sociedade através do PP.

Dada esta visão, a construção da unidade política antiditatorial depende não só do desenvolvimento das lutas de massa, mas também da capacidade do regime cooptar os liberais que se desligaram do MDB para criar o PP. Para o presidente do PMDB, Ulysses Guimarães, por exemplo, a Constituinte faz parte do programa mínimo que deverá surgir do entendimento entre os vários partidos de oposição. Isto significa que tanto o PP quanto o PT deverão encampar esta tese, para que uma frente eficaz se estabeleça com o PMDB e o PDT.(1)

Mas não é só no plano do discurso que os liberais do PMDB procuram ser mais determinados. Também no plano da ação há que se reconhecer que o comprometimento da cúpula partidária com o movimento grevista do ABC (especialmente Ulysses, Teotônio Vilela e Franco Montoro) não seria possível num MDB cuja direção era dividida com Tancredo Neves e Thales Ramalho...

Este avanço, porém, não significa, por parte dos liberais, que tenham abdicado de dirigir o conjunto da frente democrática. Ao contrário, uma maior agressividade na atuação política expressa justamente a pretensão de disputarem a condução do processo político num maior número de frentes de atuação conjunta. Mesmo no interior do PMDB, este propósito se reveste de um claro significado político, quando o próprio programa abriga a seguinte afirmativa: "Sendo um partido e não uma frente, o PMDB não admitirá grupos de militantes que obedeçam a princípios e orientação de outras organizações partidárias". Semelhante advertência tem um endereço certo: os comunistas. E não se pode esquecer que, mesmo recentemente, não faltaram liberais que propuzessem o expurgo da "ultra-esquerda", numa clara intimidação diante das acusações do regime de que o PMDB seria o partido "de Prestes e Arraes".

É evidente que os comunistas não podem agir no PMDB como uma força desagregadora da unidade política que ele expressa. Embora devam lutar pela transformação do PMDB num partido efetivamente popular, isto é, enraizado nas lutas de massa e com as bases permanentemente mobilizadas para a participação ativa na vida do partido, não podem rebaixar este objetivo, igualando-o a uma disputa de cargos e posições a serem subtraídas dos liberais. Se a hegemonia liberal existe no PMDB é porque ele reflete a atual composição do leque de forças antiditatoriais. Alterar esta correlação de forças interna ao partido exige, ao mesmo tempo, que o operariado esteja na vanguarda política da luta contra o regime, atraindo a maioria das forças de oposição para propostas mais avançadas. Somente nesse processo é que se poderá transformar internamente o PMDB, restringindo, ao mesmo tempo, o campo de manobra das tentações "macartistas" que o regime coloca no caminho dos liberais. Um partido atuante e organizado democraticamente jamais será um instrumento de marginalização deste ou daquele segmento da frente anti-ditadura.

A "tendência popular"

Procurando combater o predomínio liberal no PMDB, uma parte dos setores mais consequentes desse partido resolveu estruturar-se a nível nacional numa "tendência" auto-qualificada de "popular". Sua origem está ligada ao an

(1) O Comitê Central do PCB parece não compreender plenamente esta dinâmica criada a partir da "reforma", quando afirma na resolução de maio: "O fato de que os recém-criados partidos sucessores do MDB se tenham apresentado diante do povo com programas políticos que conservam a mesma linha antiditatorial..."

tigo "grupo autêntico", aquela é um desdobramento deste. Não resta dúvidas, de que esse grupo desempenhou um papel fundamental nas denúncias contra a ditadura e na dinamização da vida partidária. Sua atuação, sacudindo o imobilismo, é responsável em grande medida pelo próprio perfil de forças que foram se corporificando no MDB ao longo dos anos. Ao mesmo tempo em que fortaleceram o MDB, os autênticos, pela postura independente, explicitavam a necessidade de se dar combate ao adesismo como uma chaga comprometida como regime e que acabava por comprometer todo o partido. O que os unificava, porém, era a combatividade e a postura anti-adesista. Em aspectos ideológicos jamais possuíram identidade suficiente para compor uma tendência organizada e disputar o comando partidário; ao contrário, quando o grupo tentou subtrair o comando partidário a Ulysses Guimarães, só conseguiu sua própria desagregação, em consequência de alianças celebradas com os chaguistas...

A "tendência popular", apesar de menos expressiva politicamente, possui maior unidade político-ideológica. Sua estruturação se deu como fruto da frásada proposta de "Partido Socialista" no período 77/78 e, mais tarde, também denominada de "Partido Popular".

Essa idéia de se organizar como tendência no interior de uma frente é perfeitamente coerente com as aspirações do segmento social-democrata do partido. Quando ficou clara a impossibilidade de se constituírem desde logo como partido "socialista", os social-democratas mais expressivos do antigo MDB dividiram-se em três vertentes. Os mais identificados com a heróica tradição dos partidos operários da virada do século XIX foram evidentemente para o PT. Os que filiam-se abertamente à Internacional Socialista foram para o partido brizolista (PDT). E um terceiro grupo, que apesar de pertencer à mesma corrente ideológica, já está vacinado contra o caudilhismo e o obreirismo, visualizou no PMDB uma fecunda brecha para constituir seu futuro partido. Para isso serve a "tendência popular".

Paralelamente, essa proposta só pode ser vivida de forma conflituosa pela sua componente comunista. Interessados no fortalecimento de um polo oposto aos liberais mas também aos comunistas que consideram "revisionistas", "reformistas", e até "traidores", um agrupamento sectário desse movimento entrou de armas e bagagens nessa "tendência". No entanto, as incompatibilidades entre uma organização independente revolucionária - que hoje é clandestina - e a proposta burguesa no terreno da organização, defendida pelos social-democratas, tende a configurar uma crise que levará muitos comunistas a abandonarem tanto a já conhecida "ted-pop" como o próprio PMDB.

Embora a "tendência" tenha sido eficaz no sentido de conservar no PMDB setores de base propensos a aderirem a uma organização do tipo do PT, a filiação ao PMDB, por essa via, não significa a adesão de lideranças combativas à concepção ampla e unitária da luta antiditatorial expressa em seu programa.

Cabe se perguntar por que a "ted-pop" não se integrou ao PT. Segundo Aurélio Peres, "como frente, o PT é estreito e como partido é muito largo". O que confirma a idéia de que a sua "tendência" não passa de uma solução de compromisso, intermediária entre a frente efetiva e o verdadeiro partido. Acontece, que cada vez mais os acontecimentos vêm confirmando que o compromisso possível entre PMDB e PT se encontra na proposta de frente democrática, e não, como quer a "tendência", no terreno de identidades ideológicas.

A GRANDE GREVE DE ABRIL

a. carvalho e r. batista

Desde os dramáticos acontecimentos de 1968, que precederam o AI-5, não se dava um confronto tão importante e decisivo com a ditadura, como esta greve, de Abril-Maio de 1980, dos metalúrgicos do ABC. Nos seus 42 dias de paralisação, e, principalmente na vitória de massas do 1º de Maio de São Bernardo, este setor de vanguarda do proletariado brasileiro mostrou não apenas sua capacidade de inovação e firmeza nas formas de combate, como também confirmou o que os revolucionários mais consequentes - e entre eles os comunistas - vêm afirmando há algum tempo: que a espinha dorsal da luta pela democracia no Brasil está no movimento operário. Ao mesmo tempo, e por isso mesmo, a greve permitiu reorientações de setores políticos e uma conceituação mais clara, na prática, do leque de forças que estão com a perspectiva de uma ação de frente na luta contra a ditadura.

A greve aconteceu logo depois de um período de refluxo do movimento sindical e de massas, que marcou o segundo semestre de 1979 como um tempo de derrotas do movimento grevista. E também aconteceu pouco tempo depois do desenlace da reformulação partidária, que atomizou e enfraqueceu organicamente os adversários do regime. A greve tornou-se, assim, o primeiro teste decisivo de como os novos partidos iriam comportar-se entre si e diante da massa. E boa parcela dos membros dos partidos de oposição, seja por sensibilidade política e/ou tino histórico, seja por oportunismo, perceberam o quanto a sua presença concreta no trabalho de apoio à greve era importante para o movimento e para eles próprios, políticos, parlamentares de oposição, que precisavam estar presentes se quiséssem assegurar sua legitimidade e sobrevivência, enquanto políticos contrários ao regime. Esta percepção levou a que, pela primeira vez desde 1964, a Assembléia Legislativa de São Paulo se transformasse no QG de solidariedade a uma greve.

Por outro lado, o governo ditatorial de Figueiredo, vendo posta em cheque sua política de "abertura", que não passa de simples conversão liberal e elitista do regime, apresentou um indiscutível grau de indecisão: agiu com muita cautela, para que o caso da greve não servisse de pretexto aos militares de "linha dura", nem de pretexto para denúncias de "fraude de intenções" quanto a abertura política, por parte da opinião pública nacional e principalmente internacional. Tanto que, para agir de maneira repressiva, o governo buscou o máximo de legalidade a seu alcance, retardando inclusive o início da repressão contra os grevistas.

Quanto ao patronato, apresentou alguma vacilação apenas no começo da greve, quando uma minoria dispôs-se a negociar diretamente com os trabalhadores. De resto, mostrou-se incapaz de praticar os mais elementares princípios da democracia burguesa, sendo radicalmente intransigente nas negociações. E isto

não deixou de ser um pouco surpreendente, pois se era esperado que os setores não-monopolistas se colocassem docilmente à reboque do Estado e dos monopólios que ele representa, o mesmo não era esperado de setores monopolistas nacionais (estilo José Mindlin & Cia.), que vinham fazendo pomposos discursos liberais e não hesitaram em manter a orientação repressiva e intransigente do governo.

Merece também destaque, nesta análise política do que significou a greve, o fato de que a extrema direita foi somente derrotada graças à expressiva vitória do 1º de Maio em São Bernardo, que conseguiu reunir mais de cem mil pessoas, apesar das barreiras e dificuldades criadas. Frente a esta massa humana disposta a lutar e demonstrando capacidade de organização, o aparato repressivo houve por bem recuar e permitir a grande manifestação. Apesar do 1º de Maio não ter influido objetivamente no curso da greve, ele foi o fato de caráter político mais marcante daquela conjuntura, porque impressionou os órgãos de repressão, a ponto de obrigar o gal. Milton Tavares - um dos mais lídicos defensores do anti-comunismo primário e primeiro representante da ditadura na greve - a fazer a seguinte confissão ao jornal "O Estado de São Paulo": "permitimos a passeata do 1º de Maio... já que chegamos à conclusão de que qualquer tentativa de repressão iria causar um enorme número de vítimas..." (16 de maio de 1980).

Confronto, sim. Situação pré-revolucionária, não.

O fato de ter se apresentado um espectro mais definido do que nunca das forças que comporão a Frente Anti-Ditadura, aliado à combatividade incontestada apresentada pelos metalúrgicos em greve, fez com que muitos revolucionários - e entre eles alguns comunistas - confundissem o momento com uma situação pré-revolucionária. Esta confusão recebeu importante estímulo com a indecisão das forças repressivas, que pareciam combater inimigos muito poderosos. Iludiram-se estes revolucionários ao confundirem a indecisão do governo em tomar esta ou aquela atitude perante uma situação de confronto inédita, com pura fraqueza e incapacidade de ação. Ao contrário, a greve mostrou que o braço repressivo do Estado mantém-se intacto, com a plenitude de suas forças.

Na verdade, os fatos demonstraram que a tese da situação pré-revolucionária era voluntarista e aventureira, por pouco não levando o movimento a um desastre para a luta popular, a uma derrota de grandes proporções. Pois, se de fato os trabalhadores de São Bernardo demonstraram um grau de organização impressionante, o mesmo não se pode dizer quanto aos trabalhadores dos sindicatos de cidades vizinhas e espalhadas pelo Estado de São Paulo, que entraram junto na greve. Ao contrário, não só a greve não conseguiu alastrar-se por outras categorias profissionais e por outras regiões do País - o que caracterizaria, em parte, uma situação pré-revolucionária - como também rapidamente foi perdendo as adesões recebidas, dada a fragilidade e incipiência do movimento sindical brasileiro. Sob este aspecto, e reforçando a idéia de que o aparato repressivo estava bem preparado, é importante constatar que a ditadura conseguiu matar no nascedouro qualquer tentativa de greve de solidariedade ao prender, preventivamente, as lideranças capazes de propor este tipo de ação.

A análise leviana, que concluía que a situação era pré-revolucionária, confundia o maior confronto das forças populares com a ditadura dos últimos ânos, com a marcha definitiva pela tomada do poder. Isto porque desconsiderava ou subestimava o esforço enorme que o movimento democrático tem ainda de fazer para organizar de forma coesa e eficaz todo o anseio por democracia já acumulado pelos assalariados da cidade e do campo. Satisfazia-se com a incipiente estrutura conseguida com vistas à solidariedade aos operários em greve que, apesar de importantíssima por ter aberto uma perspectiva bastante otimista para a formação de tal força unitária revolucionária, ser viuiu, em si, tão somente para apontar o caminho da ação política, para efetivar evidentemente o trabalho de solidariedade aos grevistas e, finalmente, para tirar os partidos políticos de oposição da inércia a que estavam submetidos pela reformulação partidária, pelas disputas internas pelo poder e pelo calendário eleitoral.

No entanto, o fato de ter se apresentado com maior clareza a qualidade do compromisso político de cada setor da oposição, merece uma avaliação detalhada, já que o momento ofereceu condição para saber não somente o grau de comprometimento com as lutas populares de cada tendência ideológica, como também o quanto cada uma delas sensibiliza a população mobilizada, permitindo saber "quem é quem" nas disputas ideológicas pela hegemonia da frente que se forma contra a ditadura.

A Frente Anti-Ditadura está se formando

Em primeiro lugar, é preciso constatar a reorientação da ação dos liberais que comandaram a luta contra a ditadura até meados do ano passado. Estes perceberam que sua liderança não estaria ameaçada, enquanto os limites da prática oposicionista fossem as tribunas das Assembléias Legislativas. Mas sabiam também que, ao contrário, bastaria que esta luta ganhasse as ruas para que sua posição fosse seriamente ameaçada. Esta clareza sobre o desenrolar dos acontecimentos é bastante flagrante, quando consideramos principalmente os liberais que, exatamente por serem mais avançados e combativos, convivem com posições ideológicas à sua esquerda e com elas disputam o tom do compromisso de seu próprio partido, como é o caso do PMDB.

O fato é que, pela primeira vez, os responsáveis pelas executivas estadual e nacional do PMDB - que é composta por muitos dos egressos das executivas do antigo MDB - estiveram em peso numa greve; isto sem falar dos representantes de outros partidos que, no caso do PP, falavam em nome do governo até há muito pouco tempo... Evidentemente, não causava qualquer surpresa a presença dos parlamentares mais combativos e próximos aos trabalhadores, hoje em dia divididos fundamentalmente em parlamentares do PT e do PMDB, como Fernando Moraes, Geraldo Siqueira, Almir Pazzianotto, Aurélio Peres, Marco Aurélio, Suplicy ou mesmo Franco Montoro, que desde 1978 vem tendo atitudes dignas de solidariedade e coragem pessoal nos momentos de greve. O que realmente causou agradável surpresa, foi a disposição de parlamentares como Teotônio Vilela, Ulisses Guimarães, Orestes Quêrcia, Magalhaes Pinto e Cláudio Lembo, que estiveram sempre presentes nos dias de greve.

Essa reorientação da ação dos liberais, cuja parcela significativa (lembre-

mo-nos que no Brasil eles são poucos) percebeu no movimento operário do ABC uma saída contra as ofensivas governamentais do ano passado, teve sua expressão também na criação - ainda quando os líderes sindicais estavam presos - do Comitê de Defesa das Liberdades Públicas. Este Comitê se apresentou como uma forma específica de atuação de personalidades liberais e até alguns empresários, assumindo, a seu modo, palavras de ordem exigidas pelo movimento operário, como a liberdade para o Lula e a luta contra a Lei de Segurança Nacional. Para os comunistas, trata-se de acionar os liberais para este tipo de posição, como antevisão da futura posição tendencialmente hegemônica do movimento operário na luta pela democracia.

Em segundo lugar, a Igreja demonstrou com disposição e firmeza que é parte importante dos revolucionários na luta contra a ditadura, emprestando a sua infraestrutura e colocando seus líderes em condições de fazer corajosos discursos anti-ditatoriais. Trata-se, no Brasil, de uma Igreja cuja maioria tem cunho nitidamente progressista e popular, onde o anti-comunismo (sempre presente em todos os matizes da esquerda não comunista) é irrelevante se comparado com a posição pela democracia e justiça social - agora referendada e reforçada pela visita e declarações do Papa João Paulo II - o que resulta numa posição nitidamente anti-ditatorial.

Em terceiro lugar, é preciso constatar que a greve resultou, ao menos num primeiro momento, em ganho de prestígio e força por parte do PT, já que seus líderes principais -Lula na cabeça- não faziam mistério quanto à intenção de trazer para dentro do Partido dos Trabalhadores os seus líderes no plano sindical. Lula, a partir daí, com a intervenção nos sindicatos metalúrgicos de São Bernardo, e pelo fato de que o PT se apresenta com uma proposta programática muito parecida com os programas de ação das centrais sindicais européias do começo do século o que lhe confere um caráter quase sindical (1), transformou-se em líder político-partidário, tentando transferir o seu prestígio sindical para dentro do partido que atualmente encabeça.

No entanto, é muito cedo para uma avaliação mais precisa a respeito dos ganhos que cada uma das tendências componentes do espectro ideológico da Frente Anti-Ditadura teve nesta greve. Isto é, só as próximas eleições sindicais e parlamentares poderão mostrar, mais claramente, esses ganhos. E mesmo assim, de forma indireta, já que os comunistas continuam não podendo atuar livremente. Estes são obrigados a aceitar um papel de segundo plano no movimento sindical por não poderem defender abertamente o conjunto de suas idéias. Esta afirmação, no entanto, não estabelece aprioristicamente, que os comunistas terão um papel secundário na Frente que se forma. Afirma, apenas, que eles vivem maiores dificuldades que as outras tendências ideológicas que vêm se organizando no Brasil hoje, já que sua livre expressão é exatamente o limite da "abertura do Golbery".

(1)-comparar o projeto de programa do PT, lançado em sua primeira reunião nacional, com o programa de fundação da CGT francesa, na primeira década do século. Nota-se a dificuldade de ambos em separar aquilo que é do âmbito sindical, daquilo que não é sindical, mas sim político.

A relação entre as forças de esquerda

Cabe aqui uma apreciação sobre a divisão da esquerda acontecida em São Paulo, resultando na formação de dois Comitês de Solidariedade à mesma greve, causando confusão, criando desconfianças, diminuindo portanto a eficácia, tanto política quanto na solidariedade em si aos grevistas. Esta análise, vinda após a avaliação feita das forças não comunistas na greve, serve para esclarecer, através do exemplo, o quanto será difícil para os marxistas organizados de acordo com a tradição comunista de assumir a vanguarda desta luta.

Em tese, o principal objetivo de qualquer tendência política ao atuar num Comitê de solidariedade à greve deveria ser o de - exatamente - prestar a tal solidariedade. No entanto, as atitudes de sectarismo e desconfiança, que caracterizam de forma marcante a ação da esquerda no Brasil, mais uma vez impuseram a tônica. O vício de se tentar "ganhar" de golpe e impor sua posição a qualquer entidade, adicionado aos fracassos e à escassez de lideranças existentes desde 1964, são responsáveis imediatos pela grande atomização em que se encontram os militantes marxistas e comunistas do Brasil.

Esta desconfiança foi a principal responsável pela criação de dois comitês de solidariedade em São Paulo, visto que os principais adversários na disputa pela liderança do comitê mostraram-se absolutamente intransigentes, o que acabou resultando na divisão. Antes mesmo de iniciar-se o processo de apoio propriamente dito, Oposição Sindical de São Paulo e militantes da Unidade Sindical mostravam claramente a sua intenção de instrumentalizar o apoio aos grevistas para fortalecer as suas posições. Não se importavam, nem uma nem outra parte, com o fato evidente de que o comitê seria muito mais forte se conseguisse ser unitário. Quem ganharia com a unidade? Certamente todas as partes interessadas em lutar consequentemente pelo fim da ditadura, além de conferir maior capacidade de prestar solidariedade, para a qual estava sendo montada. A subestimação da unidade chegou a tal ponto, que mereceu a seguinte observação de Djalma Bom, dirigente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e seu representante perante aquele comitê: "do jeito que está, parece que quem precisa de solidariedade são vocês e não nós"...

A incapacidade de trabalharem juntos, num caso onde o trabalho e a orientação não podiam ser muito variados (o que se podia fazer era conseguir dinheiro, alimento, e com isso fazer propaganda da greve e da luta sindical em geral) deve servir de alerta para as dificuldades que se vai encontrar no trabalho conjunto, na luta pela derrubada da ditadura. Pois, se numa atividade simples e evidente como esta, a esquerda não consegue trabalhar em conjunto, o que será então na hora de encaminhar coisas bem mais complexas e vitais... Este alerta é muito mais aos comunistas que, enquanto não souberem fazer unidade na prática, de nada adiantará "encher a boca" de discurso unitário. A não ser que a unidade cantada e desejada seja exclusivamente com os representantes da burguesia liberal e da burocracia sindical...

Também, de nada adiantará aos comunistas e à tão necessária divulgação do comunismo no Brasil, que eles se auto-proclamem a única tendência conse -

quente no movimento operário. E nesse sentido, é muito correta a atitude do jornal Voz da Unidade, que em sua edição de nº 10 saudava a formação da Comissão Nacional do PT, sem com isso rebaixar as divergências em nome de uma unidade a qualquer preço e sem pretender impor-se através das palavras e somente através delas, quando todos sabem que a prova de consequência, ao contrário, não se dá através delas, mas através da prática.

A ação dos comunistas organizados na maioria dos "partidos comunistas" existentes entre nós, não respeita a democracia interna dos órgãos aos quais estão filiados(2). É só assim que dá para explicar - sem a menor pretensão de justificar - a formação de um segundo comitê de solidariedade por parte dos companheiros ligados à Unidade Sindical. Ao sentirem que seriam prejudicados pelos preconceitos e pelo anti-comunismo de uma parte considerável dos formadores do comitê, propuseram algo que sabiam, desde antes, que já mais poderia ser aceito por aquele contingente, ou seja, representatividade maior aos representantes da Unidade Sindical em relação a qualquer outra entidade presente, incluindo os partidos políticos; e que o comitê se transferisse para o sindicato dos metalúrgicos de São Paulo. Não só propuseram isto, como ainda consideraram que esta era a única proposta aceitável para que eles continuassem no comitê. Resultado: formaram um outro comitê, afastando-se dos parlamentares, que na sua grande maioria continuaram filiados ao chamado Comitê da Assembléia, da Igreja e de parcela considerável da classe média, que potencialmente tinha muito melhores condições de conseguir ajuda material para os grevistas. Não pretendemos com isso culpar os comunistas que atuam junto a Unidade Sindical por estes fatos lamentáveis, já que evidentemente o sectarismo e a desconfiança são fenômenos e desvios com duas faces. Mas, o fato de sermos comunistas e pretendermos agir de acordo com as concepções do marxismo, faz com que as nossas observações voltem-se bem mais no sentido dos comunistas, que no sentido das outras tendências responsáveis, já que - em tese - nossa linguagem e objetivos quanto ao socialismo e comunismo nos aproximam e nos fazem primeiros aliados. Insistimos por uma última vez, ainda, sobre a mesma questão, pois vemos que apenas com uma mudança radical de atitude poderemos ter uma Central Única dos Trabalhadores, que ultrapasse o sindicalismo fascista entre nós ainda vigente. Com esta desconfiança e intransigência, com este desrespeito à posição dos outros, à democracia e ao centralismo, iniciativas altamente elogiáveis como a da formação da Unidade Sindical, podem - em vez de tornar-se o embrião da Central Única dos Trabalhadores - vir a ser um arremedo de entidade unitária, sem a massa combativa e sem os principais líderes do movimento sindical brasileiro.

Um balanço da greve

A greve não conseguiu transformar nenhuma das reivindicações dos metalúrgicos em realidade. Esse argumento por si só bastaria para dizer que a greve não foi um inteiro sucesso. O que dizer, então, quando consideramos que ela teve como consequência direta, a intervenção nos dois sindicatos mais a-

(2)-O artigo Democracia no Sindicato, de A. Carvalho, Debate nº 34, e o artigo neste mesmo número, assinado por A. Silva e N. Matos, discutem mais profundamente esta questão.

vançados e combativos - o de São Bernardo e o de Santo André -além de ter ocasionado, até o início do mês de Junho, 13 000 desempregos registrados nos sindicatos da categoria.

Estes três fatos (negada qualquer reivindicação, intervenção nos sindicatos e demissões em massa, atingindo certamente os quadros sindicais atualmente sem qualquer proteção sindical) falam por si. A greve foi inconteste - tavelmente uma derrota econômica e muito trabalhador saiu dela com grandes dúvidas a respeito de sua própria capacidade de vencer, o que traz, ao menos a curto prazo, uma onda de desestímulo bastante compreensível, no seio do próprio movimento. Os líderes foram cassados e a desarticulação vai dar a tônica por algum tempo, apesar de todo esforço que se faça no sentido de mudar as coisas. Além disso, como tem acontecido em toda greve derrotada, o patronato aproveitou do resultado da parada para fazer uma verdadeira "limpeza", mandando embora de suas indústrias os principais organizadores e agitadores da luta sindical, apesar de que isso não possa ser feito com muita facilidade, já que os trabalhadores mais especializados são substituídos com bastante dificuldade.

No entanto, para se falar em derrota, numa análise que pretende retirar lições de uma greve como esta, é preciso estabelecer a razão básica que levou ao fracasso, assim como saber ressaltar o que foi positivo em tudo isso. Senão agirmos assim, estaremos correndo o risco de negarmos a importância de toda a iniciativa, sem sabermos como superar o que houve de errado.

No dia em que o TRT declarou-se incompetente para julgar da ilegalidade da greve (o que foi a única vitória parcial conseguida pelo movimento no plano legal); apresentou-se um dilema à direção do movimento do ABC que a acompanharia até o fim: como e quando propor o fim da greve, como enfrentar seus liderados se estes, vivendo o sabor aparente de sua própria força, não pareciam dispostos a aceitar qualquer recuo. Não se pode afirmar que a direção do movimento tenha pretendido acabar com a greve, já que ela estava respaldada ideologicamente no princípio da absoluta soberania da vontade das massas. No entanto, em nosso entender, o papel da liderança está em saber mediar esta soberania, com fatores que estão além da compreensão e conhecimento da própria massa, como fatores políticos externos, coesão dos adversários, apoio de outros setores etc. É papel da direção, portanto, propor uma linha vitoriosa e não simplesmente aquilo que a massa quer ouvir.

É preciso reconhecer, que a greve teve uma forma de organização que apresentou vários aspectos altamente positivos, destacando-se entre eles, a incrível capacidade de mobilização. No entanto, esta greve, à base de grandes concentrações de massa, demonstrou não ser forma suficiente de organização democrática, já que os oradores não tinham condições físicas sequer para expor plenamente as suas idéias. Mesmo assim os fatores conjunturais, o isolamento e a correlação de forças altamente desfavorável aos grevistas, eram elementos mais que suficientes para que a direção avançasse uma alternativa. Se não ousou fazer assim, publicamente, é porque subestimou estes fatores ou não teve coragem política de se ver repudiada pela massa. A linha mais justa, apesar de temporariamente reprovada pela massa, haveria de ser referendada pelos fatos, o que resultaria, no futuro, em uma liderança

ainda mais representativa.

A ausência de um partido revolucionário na vanguarda deste movimento, que orientasse a espontaneidade revolucionária da massa de acordo com a correlação de forças na sociedade, naquele momento, foi a razão básica do fracasso, colocando na ordem do dia a necessidade de sua construção. Esta necessidade foi certamente constatada pelas lideranças do movimento grevista, já que lutam pela formação de seu partido, através da criação do PT. No entanto, se continuarem confundindo a soberania da vontade das massas com o culto ao espontaneísmo - para usar uma expressão de Lenin - a formação deste partido não terá a consequência desejada, ou seja, levar vitoriosamente a luta dos trabalhadores. Isto tem sido largamente demonstrado por este um século de história da luta operária no mundo inteiro.

Fica então a constatação de que os limites da ação dos companheiros que lideraram o movimento deveram-se, não somente à sua inexperiência - que deve ser considerada como um dos mais importantes fatores - mas também a uma visão equivocada da relação "sindicalismo / luta política geral". Pois do ponto de vista mais global, a chamada "República de São Bernardo" ficou isolada, contribuindo para que sua direção política perdesse o rumo. Esta acabou por apelar para propostas de boicote da produção quando percebeu que o fim da greve era inevitável, demonstrando seu desespero.

É imprescindível, portanto, um balanço coletivo dessa importante experiência. Para que se aprofundem os ganhos políticos do movimento sindical, para que amanhã outras categorias venham a prestar solidariedade política ativa - e não somente material - é absolutamente necessário que os próprios metalúrgicos consolidem a unidade de suas organizações.

Disso depende a ruptura do isolamento. Há que atentar para as diferenças de "ritmo" das diversas lutas e dos diversos setores do movimento operário e sindical. E, para tanto, não é preciso estabelecer comparações entre o nível de consciência atingido pelos metalúrgicos de São Bernardo e aquele dos têxteis nordestinos, por exemplo. Basta que se confronte a situação dos primeiros com a de seus companheiros do interior paulista.

Uma greve não pode ser conduzida de acordo com o fôlego dos mais avançados, desprezando as vicissitudes dos que vão ficando pelo caminho...

Finalmente, devem os comunistas e todos militantes do movimento operário, perceber intensamente a necessidade do apoio de outras forças sociais na Frente Anti-Ditadura, que está tomando sentido e significado justamente porque o próprio movimento operário está se tornando sua espinha dorsal. Mas este não derrotará a ditadura sozinho e essa lição de Maio-Abril foi decisiva.

(3)-Com isso, estariam jogando a população consumidora, que não é pequena, contra a luta dos operários. No fundo, estariam com isso ajudando o patrão a transferir a responsabilidade pela qualidade do produto colocado à venda aos operários que o produziram. Isso tudo, além de dar uma "tremenda justa causa!"

ALCANCE DO FEMINISMO

a. paiva

Sempre se ouviu falar da participação das mulheres nas movimentações políticas e sociais do País. De 45 a 64 - para falar só do período mais recente - ao lado das forças mais progressistas e, mais particularmente, do Partido Comunista Brasileiro, as mulheres tiveram um papel importante nas lutas democráticas (anistia, contra a carestia, pelo monopólio estatal do petróleo, etc.). Mas não se pode esquecer que não foi só do lado das forças progressistas que as mulheres lutaram: o seu papel no desencadeamento do golpe de 64 ainda permanece na memória de todos nós. Para as mulheres que lutam hoje contra a sua opressão, é importante assimilar de maneira crítica os pontos positivos da experiência passada, para poder avançar e ultrapassar os seus limites.

Sem entrar aqui nos detalhes desta experiência, é necessário, entretanto, acentuar quais eram justamente os limites das lutas passadas das mulheres, no sentido de compreender o que mudou na retomada dessas lutas, em 1975. Estes limites se encontram no fato de que não se conseguiu relacionar a luta geral com a luta da mulher, ou seja, não se compreendia a complementariedade necessária que existe entre estas lutas. Bertha Lutz, ao lutar pelo voto feminino e por outras reivindicações diretamente ligadas à condição da mulher na sociedade (como por exemplo a falta de assistência à maternidade, os salários menores do que os dos homens, etc.), atribuía, sem dúvida, um peso fundamental à problemática feminina, mas não percebia que ela está diretamente vinculada à divisão em classes da sociedade e aos papéis impostos tradicionalmente à mulher. Dentro desta perspectiva, a libertação da mulher seria possível nos limites da sociedade capitalista. Por outro lado, as mulheres que lutaram de 45 a 64 ao lado das forças de esquerda, eram sensíveis à questão da divisão da sociedade em classes mas, porque tinham uma visão estreita do significado da transformação social, relegavam a questão da mulher para depois desta transformação que, segundo esta concepção, levaria automaticamente à libertação da mulher.

É somente a partir de 1975, quando algumas mulheres começam a refletir coletivamente sobre o significado do feminismo, que surge a compreensão não só do vínculo estreito existente entre a situação vivida pela mulher e a divisão da sociedade em classes, como também de que a transformação radical das relações de produção não levará automaticamente à eliminação da opressão da mulher. É necessária não só a mudança das relações de produção, mas de todas as relações sociais que se baseiam na opressão, incluindo aqui as relações interpessoais. É esta concepção que faz com que uma parcela das mulheres que lutam hoje pela libertação da mulher e que se auto-denominam feministas, tenham um papel extremamente impulsionador e renovador. Em última instância, é a existência de uma corrente feminista que caracteriza a mudança de quali

dade entre a luta das mulheres no passado, da luta atual.

No entanto, a influência das feministas ainda não é forte o suficiente para levar à superação de todos os resquícios do passado. Persistem ainda, no seio do movimento de mulheres, concepções que relegam a um segundo plano a luta da mulher, que a subordinam à luta geral (numa concepção de "luta geral" que para nós é equivocada, como pretendemos expor a seguir).

Mesmo assim, foram as feministas que, ao questionarem a opressão da mulher, ao perceberem a necessidade de uma organização própria para lutar contra esta opressão, incentivaram grupos que até então lutavam apenas por questões gerais a colocarem também em discussão as questões específicas das mulheres. É a união dos grupos feministas e femininos na discussão destas questões que caracteriza hoje o incipiente movimento de mulheres que existe no Brasil. O eixo da união desses grupos não se dá mais somente em torno das questões gerais, mas fundamentalmente em torno das questões específicas, como ficou amplamente demonstrado no Iº e no IIº Congresso da Mulher Paulista.

As feministas tiveram um papel fundamental nesta mudança de eixo. No entanto, não é a colocação de reivindicações específicas (que na verdade já eram colocadas no passado, como a questão do salário igual para trabalho igual, do acesso à instrução e à profissionalização para a mulher, etc.) o que diferencia a luta atual das mulheres. O elemento diferenciador é - reafirmamos - a existência de uma corrente feminista que coloca em discussão uma nova concepção de mundo, de relações humanas, de papéis sociais, de moral, costume, etc., como sendo também elementos fundamentais de qualquer transformação social. E a influência das feministas, sob este aspecto, é ainda incipiente. Portanto, o problema a ser refletido é o de como esta corrente feminista poderá ganhar força e organicidade, para transformar-se de vanguarda potencial em vanguarda real do movimento de mulheres.

Não temos a pretensão de esgotar esta reflexão, mas simplesmente de colocar alguns pontos que para nós, enquanto feministas e comunistas, são a essência do feminismo e seu caráter inovador e revolucionário: os pontos que justamente caracterizam a mudança de qualidade da luta das mulheres. Tentaremos refletir, ao mesmo tempo, sobre as dificuldades orgânicas porque passa atualmente esta luta no Brasil.

Feminismo - Democracia - Socialismo

Os três pontos que se seguem, são para nós fundamentais para a compreensão do feminismo. Em primeiro lugar, a partir do momento em que algumas mulheres juntaram-se para refletir sobre seus problemas específicos, ou seja, sobre a opressão que atinge a todas nós, pelo simples fato de sermos mulheres, apesar das diferenças de classe, de cor, de religião ou de posição política e ideológica, deu-se a compreensão de que o cotidiano feminino - vivido individualmente por cada uma de nós como um fardo a mais, como determinação do destino - era na verdade uma situação injusta de opressão e deveria ser coletivamente apropriado, refletido e politizado para podermos passar para a afirmação positiva de nossa luta. Em suma, trata-se portanto de tornar público o nosso cotidiano, de politizá-lo, de considerar essa opressão que so

fremos como um problema político, cujo alcance histórico é muito maior que outras formas de opressão existentes na sociedade capitalista atual, na exata medida em que a opressão da mulher antecede o capitalismo e não acaba automaticamente com a sua superação.

O segundo passo fundamental no desenvolvimento do feminismo, deu-se no momento em que houve a compreensão de que não se tratava mais de reivindicar apenas igualdade de direito com os homens, o que nos mantinha ao nível formal da questão. Não queremos mais simplesmente esta igualdade, pois os homens, tais como são hoje - instrumentos de nossa opressão e portanto oprimidos também - não nos servem mais de modelo(1). Trata-se de um questionamento profundo do que nos foi imposto secularmente: uma identidade passiva, contrária, e ao mesmo tempo complementar, a uma identidade masculina autoritária. Trata-se justamente de criar uma nova identidade feminina e uma nova identidade masculina para que, diferentes, homens e mulheres possam finalmente ser iguais.

Trata-se enfim de uma luta que, ao questionar a opressão específica da mulher, questiona ao mesmo tempo todas as relações baseadas na opressão, tendo, portanto, como objetivo, a transformação radical destas relações. É neste sentido que a luta feminista, assim como todas as lutas que questionam a fundo um determinado tipo de opressão, é parte fundamental da luta pela transformação radical da sociedade. Pois o marxismo não limita o socialismo a uma simples transformação das relações de produção, como fazem os que o rebaixam à condição de um pensamento economicista. Ao contrário, o socialismo deve ser a condição para a superação de todas as relações baseadas na opressão. E é exatamente o grau de democracia existente no socialismo que definirá a possibilidade desta superação. Portanto, é fundamental para os marxistas a análise crítica da experiência socialista, no sentido de superar suas falhas, seus limites, e possibilitar a existência de uma verdadeira democracia socialista.

Condição necessária para a superação das relações de opressão, o socialismo só se tornará também condição suficiente, na medida em que haja liberdade para que os setores oprimidos continuem organizados até que sua organização perca a razão de ser pela superação da sua opressão. Caberá evidentemente a estes setores - dentre os quais, as mulheres têm papel de destaque - lutar para garantir esta liberdade e, assim, conferir um caráter democrático ao socialismo.

Partidos e movimentos de massa

Existem concepções que dispensam a existência de partidos políticos para a conquista de uma nova sociedade. Isto porque atribuem funções de partido à união confederativa dos diversos movimentos de massa, que lutam contra as relações de opressão, tais como os movimentos sindical, de mulheres, estudantil, de negros e de homossexuais.

¶ Se o Senhor deve ser derrubado, desprezado, ridicularizado, não é porque ele possui com exclusividade um bem que deveria ser de todos, mas porque ele é o único a enunciar em seu discurso e na sua prática ditatorial, falsos e odiosos valores" - Parole de Femme, Annie Leclerc, Édition Grasset, 1974.

Não concordamos com este tipo de concepção. A globalização das diversas lutas sociais e a direção da luta política pela transformação da sociedade é função de um partido político revolucionário. É ele que pode levar adiante as aspirações de uma determinada classe social que, em última análise, pode sintetizar as diversas transformações - de ordem econômica, social, cultural, política e ideológica - pelas quais a sociedade deve passar. Como diz Gramsci: "Uma parte importante do moderno Príncipe deverá ser dedicada à questão de uma reforma intelectual e moral, isto é, à questão religiosa ou de concepção de mundo.(...)O moderno Príncipe deve e não pode deixar de ser o propagandista e o organizador de uma reforma intelectual e moral, o que significa criar o terreno para um desenvolvimento ulterior da vontade coletiva nacional-popular, no sentido de alcançar uma forma superior e total de civilização moderna.(...)Pode haver reforma cultural, elevação civil das camadas mais baixas da sociedade, sem uma precedente reforma econômica e uma modificação na posição social e no mundo econômico? Eis porque uma reforma intelectual e moral não pode deixar de estar ligada a um programa de reforma econômica. E mais, o programa de reforma econômica é exatamente o modo concreto através do qual se apresenta toda reforma intelectual e moral".(Maquiavel, A Política E O Estado Moderno, Civilização Brasileira, 1968, pgs.8 e 9).

Enfim, por mais que os movimentos de massa tenham como objetivo a transformação da sociedade, é o partido político que, ao colocar explicitamente a tomada do poder como condição desta transformação, o único capaz de dirigir os combates definitivos para esta confrontação. Em última análise, os que não percebem esta diferença fundamental existente entre movimentos de massa e partidos, dispensando a existência dos últimos, acabam por querer impor uma dinâmica de partido aos movimentos de massa, correndo o risco não só de esvaziá-los - na medida em que não são todos os que militam nesses movimentos os que se dispõem a exercer funções de tipo partidário - como de desvirtuar o seu papel fundamental - e diferente do papel do partido - na transformação da sociedade.

Os movimentos de massa, levando sua luta específica, traduzem à sua maneira a luta geral e é a sua existência que confere vida aos partidos políticos. É a sua força e organicidade que - sabendo unir em torno de reivindicações comuns, pessoas de diferentes posições político-ideológicas - poderá impor uma nova prática partidária que, ao mesmo tempo em que aprende a não submeter os movimentos de massa, saiba assimilar e traduzir as suas aspirações em todos os planos, atuando de forma revolucionária no seio desses movimentos. Como diz Jean-Louis Moynet, "uma estratégia revolucionária autogestória consiste em favorecer e sustentar a eclosão de tais fenômenos e em estar presente, não para canalizá-los autoritariamente ou paternalmente, mas como instrumento de diálogo, de síntese; em resumo, como fermento revolucionário" (Base social e papel revolucionário de uma democracia de massa, in Encontros com a Civilização Brasileira nº 22 - abril de 1980, pag 138).

Dentro desta concepção, o papel das feministas verdadeiramente revolucionárias é duplo: devem atuar nos movimentos de mulheres e nos partidos políticos. E nos dois elas têm ao menos uma função essencial a cumprir. No movimento de mulheres, respeitando sinceramente a sua autonomia, sem deixar de

explicitar - sempre que necessário - que o caráter apartidário desse movimento nada tem a ver com o apoliticismo e com o antipartidarismo. Dentro dos partidos políticos, trata-se de combater o que tem sido uma grave deformação ao longo da história e que, se não justifica, ao menos explica atitudes antipartidárias muitas vezes assumidas no seio dos movimentos de massa : o desrespeito por esses movimentos, a sua instrumentalização e a sua manipulação.

Impor uma nova prática partidária será uma árdua batalha e fará parte dela ganhar para uma nova visão de mundo todos os comunistas - homens e mulheres. Concordamos com Christine Buci-Gluksmann quando diz : "Eu acho que as mulheres comunistas devem criar uma nova prática da política, verdadeiramente democrática. Pois se os chamados problemas privados e pessoais (o corpo, a sexualidade, o casal ...) ganham hoje uma dimensão política, é preciso então ser capaz de compreender a política onde ela surge: nas práticas de lutas das mulheres, na sua organização própria pela base, na autonomia do seu movimento (os grupos de mulheres). Eu sou favorável a um feminismo comunista capaz de desenvolver novas formas de democracia na sociedade civil e no meu partido; capaz de denunciar todas as nossas explorações e frustrações, inclusive as mais sutis que têm sua raiz na instituição familiar, no sexismo repressivo; nas divisões normativas dos papéis sociais, que condenam frequentemente as mulheres - inclusive dos militantes - a um isolamento doméstico atualmente inaceitável. Enfim, a luta das mulheres é uma nova etapa da luta de classes". (Entrevista à revista Nouvelles Littéraires, 29 de maio-1978).

A situação do Feminismo e das feministas hoje no Brasil

É necessário relevar, em primeiro lugar, a contradição existente entre a penetração de temas feministas atualmente no Brasil através dos grandes meios de comunicação (principalmente através da televisão com novelas e programas femininos que começam a abordar alguns temas feministas) e a ainda incipiente organização das mulheres em torno de seus problemas. Se já há uma certa aceitação de idéias mais libertárias a respeito da mulher, persiste ainda um grande preconceito quando se fala de sua organização. Mesmo no seio da esquerda, são muitos os que ainda pensam e defendem que as questões específicas são secundárias e que sua solução deve ser postergada para depois de uma transformação da sociedade. Esta visão contribuiu substancialmente para desarticular o movimento de mulheres, pois ao assimilar esse tipo de concepção, relegou-se as questões específicas a um segundo plano.

A contradição existente entre idéias e organização se acirra ainda mais quando se constata que dentro do movimento de mulheres - que inclui grupos femininos e feministas - as feministas foram até agora o setor mais avançado nas idéias, mas o menos articulado em termos de organização e influência.

Acreditamos que o feminismo, assim como o entendemos, teria hoje todas as condições para se transformar na expressão orgânica mais avançada do movimento de mulheres. No entanto, esta tarefa depende em primeiro lugar do esforço dos grupos feministas (em São Paulo são: Brasil Mulher, Associação das Mulheres, Nós Mulheres, Centro da Mulher Brasileira, Grupo Feminista de Campinas, Ação Lésbico-Feminista e Grupo Feminista 8 de Março) em superar sua

falta de consenso em torno de pontos fundamentais. Acreditamos que este esforço vem sendo realizado conjuntamente pelos grupos citados. E foi sem dúvida a partir dos acontecimentos que precederam e acompanharam a realização do II Congresso da Mulher Paulista, que ele começou a ser empreendido.

Alguns temas que até então não tinham conseguido sensibilizar todos os grupos feministas tornaram-se o centro da discussão. Em primeiro lugar a necessidade de defender a autonomia do movimento de mulheres. Esta questão, que já vinha sendo defendida há um certo tempo por apenas um grupo em São Paulo - a Associação das Mulheres - ganhou todo o seu peso após o Congresso. Muitas feministas que ainda não compreendiam bem o sentido da palavra, perceberam toda a sua amplitude no momento em que, na prática, o movimento de mulheres se tornou alvo da tentativa de manipulação por um grupo político. Defender a autonomia do movimento de mulheres significa fundamentalmente defender a existência deste movimento. Ou seja, por ser um movimento social fundamental e que tem uma contribuição essencial a dar na luta pela transformação da sociedade, ele não pode se submeter a uma tendência político-partidária pois para que esse movimento vingue e se fortaleça como um amplo movimento de massas é necessário que ele seja capaz de comportar em seu seio mulheres de diversas camadas sociais e tendências políticas.

Não é nossa intenção aqui, nos estendermos sobre a questão da autonomia. Este tema já vem sendo abordado por DEBATE há um certo tempo (vide O Feminismo no Brasil, Hoje - de Helena Oliveira e Alice Paiva - Debate nº 29; Unidade das Mulheres: Objetivos e Limites - de Joana Almeida - Debate nº30 e 31 e artigo assinado por A. Silva e N. Matos, neste número). No entanto, acreditamos que o texto da Associação das Mulheres, do qual extraímos o trecho seguinte, é uma excelente contribuição neste sentido: "A autonomia dos movimentos de massa não se justifica pelo fato de eles serem de massa. Não se justifica também pelo fato de inexistirem na atual realidade brasileira partidos capazes de levarem à frente a luta pelas reivindicações desse movimento. Na verdade, é a experiência direta das massas e a sua capacidade em se constituir numa força de pressão organizada desde já, que garantirão a conquista e a manutenção efetiva de suas aspirações. Isto porque é de fundamental importância que, mesmo no âmbito desta sociedade, sejam conquistadas vitórias parciais que não só aliviem suas precárias condições de vida, mas que atuem também para o aumento do grau de conscientização. A luta das mulheres que, por não estarem organizadas em movimentos autônomos e fortes, viram sempre suas reivindicações relegadas ao último plano, é um triste exemplo histórico a comprovar estas afirmações". (publicado nos Cadernos da Associação das Mulheres 3 - agosto de 1979 - pag 11).

Um dos perigos que nós, feministas comunistas, devemos enfrentar neste momento não é o da autonomia - que defendemos - mas o do autonomismo, ou seja o antipartidarismo. De fato, após o II Congresso, muitas mulheres perplexas com o tumulto causado pelo grupo que se expressa através do jornal Hora do Povo, deblateravam contra toda e qualquer forma de organização política. Num certo sentido, como já dissemos, esta atitude se explica, já que a história mostra inúmeros casos de tentativa de manipulação de movimentos sociais por parte de partidos políticos e muito poucos exemplos de partidos ou organizações que reforçavam estes movimentos sem tentar instrumentalizá-los. É evi-

dente que um dos nossos papéis enquanto feministas comunistas é o de lutar contra o antipartidarismo no movimento de mulheres, mas nossa luta trará poucos frutos enquanto essas agremiações e muitas "feministas" que fazem parte delas não entenderem e defenderem a autonomia.

Outro ponto que começou a se esclarecer para as feministas depois do Congresso, foi o de sua utilização por parte dos grupos que "têm bases". Na verdade, não é segredo para ninguém que as feministas, normalmente, provêm das classes médias da sociedade. E nem poderia ser diferente. Assim como a teoria socialista nasceu nas camadas mais intelectualizadas, são normalmente as mulheres que têm acesso à instrução e à informação que conseguem mais facilmente chegar à consciência e à formulação de sua opressão. Mas o que muitos fazem questão de não perceber é que o fato de que as feministas normalmente tenham uma origem de classe pequeno burguesa não quer dizer que elas defendam os pontos de vista destas classes, mesmo porque a pequena-burguesia não tem um projeto para a sociedade, limitando-se a ser porta-voz da moral e das idéias dominantes. Há, sem dúvida, um espaço que pode ser ocupado por mulheres que defendam uma concepção reformista do feminismo, mas o que é importante afirmar é que as feministas que lutam hoje no Brasil são normalmente mulheres de esquerda, ou ao menos de oposição, quando não verdadeiramente comunistas.

No entanto, é até cansativo ouvir repetidamente os comentários que são tecidos a respeito das feministas: que suas reivindicações são de mulheres das classes médias, que o feminismo é para países desenvolvidos, que o problema da mulher brasileira é a fome, etc. Como se as violências praticadas contra a mulher, desde o trabalho até a cama, fossem problemas somente das mulheres das classes médias. Ora, um exemplo típico é o do aborto, que muitos insistem em dizer que é uma reivindicação pequeno-burguesa. Não nos parece, que façam parte desta classe, as 300 000 mulheres que morrem de aborto por ano no Brasil... Esta visão a respeito das feministas é tão repetidamente veiculada, que nós mesmas acabamos assimilando uma profunda consciência de culpa. E para não nos isolarmos, acabamos aceitando o papel de "assessoras", cuja única função seria nos colocarmos a serviço das mulheres da periferia. Este problema acaba fazendo com que a ação feminista fique paralizada e caminhe a reboque de visões mais atrasadas a respeito da problemática feminina.

Estas e outras questões começam a ser refletidas e debatidas pelas feministas. Esboça-se a consciência da necessidade de um esforço unitário no sentido de fortalecer a incipiente corrente feminista no seio do movimento de mulheres.

A grande dificuldade que as feministas tem a enfrentar é justamente a de saber traduzir o feminismo de forma a que ele seja encampado por uma massa cada vez maior de mulheres. A organicidade a ser atingida e a elaboração de um claro programa de ação feminista, que satisfaça o conjunto de reivindicações que o movimento de mulheres se coloca desde já, poderá tirar definitivamente este movimento do grau de incipiência em que ainda se encontra, transformando-o num poderoso movimento de massa.

AUTONOMIA OU PANACÉIA?

a. silva e n. matos

Com a recente emergência dos movimentos sociais, após mais de uma década e meia de hibernação, não podiam deixar de renascer velhas indagações sobre o papel das organizações de massa, o estatuto do partido político e das suas relações recíprocas. Volta mais uma vez à baila a quase secular polémica em torno do espontaneísmo, do economicismo, basismo, massismo e assim por diante. Mas nesta atual ressurreição, ganha força particular o tema da autonomia. Para os sindicalistas "autênticos", a exigência da independência e da autonomia sindicais marca uma verdadeira fronteira com quem classificam de "pelegos". No jovem movimento das mulheres, a defesa da sua autonomia é motivo de acirradas discussões. E pelo menos três dos novos partidos de oposição - PMDB, PT e PDT - defendem com mais ou menos garra a "autonomia dos movimentos sociais".

Esse grande uso do termo autonomia - a ponto de se tornar uma palavra-chave do debate político atual - indica, sem dúvida, a existência de um problema comum aos vários movimentos. Não deve ser por acaso que os sindicalistas in sistem tanto em adicionar "autonomia" à "independência", apesar destas expressões serem estritamente sinônimas. Um tal apego pela redundância pode parecer estranho. Mas é uma fumaça que indica a existência de fogo. Trata-se para eles de afirmar que o sindicato não deve estar subordinado nem ao Estado (independência), nem aos partidos e outras instituições da sociedade civil (autonomia). A entidade deve se governar por suas próprias leis, sem nenhum tipo de submissão a outros corpos sociais. É, em última instância, uma forma de repúdio à concepção da "correia de transmissão".

No entanto, como acontece com qualquer jargão do debate de idéias políticas, a palavra autonomia não está isenta de ambiguidades. E, particularmente neste caso, a ambiguidade é produto da história. Durante várias décadas - e sobretudo no período entre as duas guerras - a "autonomia sindical" foi o slogan consagrado da ação anti-comunista no movimento sindical internacional, ao lado da defesa da "neutralidade" e do "apoliticismo" dos sindicatos. Para os anarco-sindicalistas, a teoria da autonomia era - no início dos anos vinte - seu grito de guerra contra o comunismo.

Basta lembrar este fato para entender a reação epidérmica de muitos leninistas ao ouvirem falar em autonomia. Não se estaria outra vez diante da "velha manobra de querer passar de contrabando, sob o manto da autonomia, o camelo anarquista" ?

Não nos parece que seja este o objetivo da maioria dos atuais entusiastas

(1) Cf. Resoluções sobre o movimento sindical do IV Congresso da I.C. (1922)

da autonomia no Brasil, em que pese a estridente atividade de alguns místicos que cultuam essa noção como uma verdadeira panacéia, uma espécie de antidoto contra todas as "taras" da Política. Mas para que não haja amálgama entre estas duas atitudes é necessário pôr alguns pingos nos iii...

Quatro correntes

No debate político sobre a missão das entidades de massa - e particularmente dos sindicatos operários - defrontam-se, grosso modo, quatro concepções que podem ser denominadas: corporativista, anarquista, reformista e revolucionária. As duas últimas são de inspiração marxista e as duas primeiras têm raízes bem mais antigas. E raramente aparecem em estado puro nas resoluções de congressos ou no discurso de sindicalistas. Mas são essencialmente esses quatro espectros que povoam a ação dos ativistas do movimento de massas.

Segundo o corporativismo, os trabalhadores devem formar associações para procurar com os patrões o equilíbrio entre seus interesses. As organizações de massa em geral devem promover a colaboração entre explorados e exploradores, entre oprimidos e opressores, afim de não fortalecer a luta de classes, mas, ao contrário, eliminá-la e resolver a "questão social" no interior do sistema capitalista. Concepção sistematizada por Leão XIII em sua Rerum Novarum (1891) e que continua a ter muito eco em certos círculos católicos. Não se trata portanto de uma originalidade do fascismo como frequentemente se pensa.

O anarquismo nega ao partido político qualquer papel no processo de emancipação dos trabalhadores. Inclusive aos partidos operários. Sua vertente anarco-sindicalista dá à ação de massas do Sindicato a missão de transformação social e política, teorizando e entronizando a miragem redentora da greve geral.

Para os reformistas, o sindicato deve limitar a sua atividade à defesa dos interesses profissionais e econômicos dos trabalhadores e as demais entidades de massa à defesa de seus interesses específicos. Aham que as organizações de massa não podem mudar o capitalismo e devem portanto fazer com que seus associados entendam essa impotência. A Política seria, segundo esta corrente, um terreno restrito aos partidos.

A concepção revolucionária dá ao sindicato e demais entidades de massa uma função muito importante na luta de classes. No entanto, como a vitória política do partido dos trabalhadores é a condição essencial da revolução socialista, os sindicatos e demais organizações de massas devem favorecer ao máximo a chegada a esse objetivo.

A questão crucial é, portanto, entender o que significa a autonomia para cada uma dessas quatro concepções. A primeira, corporativista, prega evidentemente a autonomia do sindicato em relação ao partido político e também em relação à própria política. Considera as entidades de massa toleráveis pelo sistema capitalista só enquanto sua prática não comprometer a estrutura econômico-social vigente. A autonomia em relação aos partidos significa portanto a subordinação à burguesia. Os sindicatos que não se propõem ne-

nhum objetivo político explícito, que não buscam o fim do capitalismo, são, na prática, defensores da ordem burguesa. A burguesia sempre tende a separar a política da economia quando se trata de levar as massas à armadilha corporativista, pois sabe que dessa forma nenhum perigo sério ameaçará sua dominação.

Os anarquistas também demarcam a economia da política para desviar o movimento de massas da política, sob o pretexto de que toda política está dirigida contra os trabalhadores e os oprimidos. E é assim que entendem a autonomia, provocando o atraso das entidades de massa, sobretudo operárias. Para eles, a autonomia é a luta encarniçada contra os comunistas, é a divisão do movimento operário em setores hostis. Essa tendência retomou grande fôlego nos anos sessenta com os "espontaneistas" (p.ex. maio-68 francês) e, nos anos setenta, com o "autonomismo" italiano.

Na concepção reformista, as entidades de massa devem ser ascéticas e contemplativas em relação à política. Os ativistas devem se despir de suas vestes ideológicas para tomar decisões "objetivas". A autonomia nessa visão é a condição da neutralidade das entidades de massa.

Contra essas três correntes se batem os revolucionários desde o fim do século passado. Para eles a unidade da diversidade não passa por abstrações desse tipo, mas pela afirmação dos fatos materiais, concretos. Um católico continua católico num sindicato ou qualquer outra associação, o mesmo acontecendo com um socialista, um comunista, um social-democrata, um trabalhista, um liberal, e assim por diante. Trata-se para cada entidade de massa de sintetizar num programa de ação as aspirações e os objetivos do conjunto de seus associados e de ganhar os partidos políticos para defendê-los. A luta contra as tendências retrógradas presentes nesses movimentos - e particularmente nos sindicatos - deve respeitar as regras e preceitos democráticos de tomada de decisões. Os ativistas revolucionários propõem seus objetivos ao conjunto dos associados e as assembleias são livres de acatá-los ou rejeitá-los. Isso é que é a autonomia para a corrente revolucionária.

Percalços do movimento comunista

Não é segredo para ninguém que nem sempre os comunistas aplicaram devidamente essa concepção revolucionária da relação entre partido e sindicato, entre partido e organização de massa. Em muitos casos, e por longo período, partidos comunistas propugnaram (e propugnam) a subordinação da entidade de massa (sindical ou não) ao partido. A prioridade dada à vitória política do partido levou frequentemente os comunistas a procurar atrelar os sindicatos e demais associações, isto é, a impor uma determinada linha de conduta através do simples controle da entidade e não pela persuasão. É o que se costuma chamar de "instrumentalização" ou "manipulação".

Há quem acredite que isso se deve a um incidente de percurso, ou um desvio, natural e previsível numa luta acirrada contra as tendências objetivamente burguesas como o corporativismo, o anarquismo e o reformismo. Mas o problema não é tão simples. Na realidade, a transformação das entidades de massa (dos sindicatos aos "conselhos", soviets) em meros apêndices do partido foi teorizada pela Internacional Comunista e essa orientação foi incutida nos

partidos que a ela aderiram.

Nesta altura alguns poderiam atribuir essa deformação ao nascimento do que veio a ser o "fenômeno stalinista". No entanto, suas raízes são mais profundas. O próprio Lenin defendeu em muitas ocasiões - e bem antes da IIIª Internacional - a subordinação dos sindicatos ao partido. Em 1906 ele dizia que os sindicatos deviam trabalhar "sob o controle e direção das organizações social-democratas". (Cf. Um passo a frente, dois passos atrás, Obras, t.7, p.243). Pensava inclusive que os sindicatos deveriam aderir ao partido como fica claro em sua Plataforma Tática para o Congresso de Unificação (Cf. Obras, t.10, pp 139-140). Um ano depois afirmava ser um dever dos membros do partido "tornar efetivos os vínculos orgânicos dos Sindicatos com o Partido Social-Democrata". (Cf. Esboço de projeto de resolução sobre o Congresso dos Sindicatos, t.13, pp 45-46). E mais tarde defendera explicitamente que os sindicatos deviam ser dirigidos pelo partido social-democrata.

Evidentemente, essas citações não poderão ser entendidas fora do contexto de uma verdadeira guerra contra o "menchevismo", que por sua vez pregava a neutralidade política dos sindicatos. Também não se deve esquecer que o próprio movimento sindical era ainda muito incipiente na Rússia. No início do século, a confusão entre as funções do sindicato e do partido ainda era generalizada em todos os países e a principal preocupação dos revolucionários só podia ser a de contribuir para a formação de uma consciência de classe que superasse a fase "econômico-corporativa" do movimento operário, elevando-a a seu momento "ético-político".

Acontece, que com a grande vitória do proletariado na revolução de Outubro; e devido as necessidades políticas da luta contra o reformismo da IIª Internacional; os antigos percalços passaram a ser virtudes. Quem não defendesse a subordinação dos sindicatos ao partido não era "bolchevique". E assim, o "desvio" virou regra. Nas resoluções do segundo congresso da Internacional Comunista (1920) sobre o movimento sindical e os conselhos (soviets) a sexta tese afirma, sem rodeios, que "os comunistas devem submeter os sindicatos e os conselhos ao partido comunista, criando assim organizações proletárias de massa que servirão de base para um poderoso partido comunista...".

A concepção da "correia de transmissão" causou evidentemente grandes prejuízos não só ao movimento comunista, mas à própria luta pela emancipação dos trabalhadores. No entanto, seria uma enorme injustiça atribuí-la exclusivamente aos comunistas. Nesse terreno, não são os corporativistas, anarquistas e reformistas que poderão nos dar alguma lição, pois suas concepções a respeito da "autonomia" sempre significaram a subordinação dos sindicatos e entidades de massa, não talvez aos partidos, mas sem dúvida à influência burguesa.

Por outro lado, não se pode dizer que a visão do sindicato atrelado ao partido esteve todo esse tempo embutida no movimento comunista. Seria passar uma borracha sobre a história do movimento sindical internacional e ignorar a enorme vitalidade de muitas centrais sindicais onde a corrente comunista exerce a hegemonia, isto é, conduz pela persuasão, ao invés de dirigir pela coerção, ou imposição. Quem conhece - por pouco que seja - os sindicalistas comunistas das Comisiones Obreras espanholas, da CGIL e dos Consigli di

Fabbrica italianos ou mesmo da CGT francesa, sabe que essa questão é motivo de controvérsia pelo menos há três décadas e que os frutos desse debate estão sendo colhidos na prática unitária do movimento sindical desses países.

Por uma concepção materialista da autonomia

O partido político tende, por sua natureza e por sua função, a dominar o sindicato e demais entidades de massa. Para conquistar o poder político, qualquer partido revolucionário procurará conduzir essas organizações. E não existe uma muralha da China que impeça que essa propensão a conduzir se transforme numa tentação dirigista. Nesse sentido, a opinião muito frequente entre nós, segundo a qual os partidos devem impregnar-se de um "respeito à autonomia dos movimentos sociais" revela uma concepção angelical - mente idealista. Não se trata, evidentemente, de negar a importância e a utilidade das solenes declarações partidárias que refutam a "correia de transmissão"; ou mesmo dos pronunciamentos em que partidos reformistas juram sua abstenção de qualquer intervenção nos sindicatos e outras associações. Mas ilude-se quem acredita numa hipotética "indiferença política" dos partidos ou num imaginário respeito pela diferença entre essas duas "esferas de ação". A atividade de qualquer organização de massas sempre favorece ou desfavorece este ou aquele partido político pois não existem fronteiras nítidas entre o fato social e o fato político. E mesmo a mais perfeita democracia burguesa sempre tende a transformar as entidades de massa num palco indireto do confronto político de classes.

Isto significa que a autonomia dos movimentos sociais, entidades e organizações de massa, sindicatos e associações, depende sobretudo de sua capacidade de propor objetivos políticos que reflitam o denominador comum das forças que representa e defendê-los junto aos partidos que possam apoiá-los. São as entidades que devem defender e fazer valer sua própria autonomia, isto é, seu direito de governar-se segundo suas próprias regras democráticas internas. E nesse sentido autonomia é o exato sinônimo de independência orgânica. É só em termos orgânicos que se pode conceber - sob um prisma materialista - a autonomia dos movimentos sociais; pois no plano político-ideológico ela é irmã gêmea da neutralidade. O papel dos revolucionários nas entidades de massa é o de propor objetivos, formas de ação e linhas de conduta que favoreçam o desenvolvimento da luta popular contra o poder da burguesia, procurando conquistar uma opinião majoritária em torno deles; e não o de esperar que num suposto élan de criatividade a própria entidade os gere "autonomamente". Os marxistas só podem dar grande destaque ao momento da consciência, da iniciativa política e da superação da espontaneidade. Essa aliás foi uma das grandes contribuições de Lenin para a prática revolucionária.

Um movimento social nunca será revolucionário apenas operando sobre si mesmo, sem fazer política no sentido mais amplo da palavra: vendo todas as conexões sociais, investindo em todos os momentos da vida social e política. Nunca será revolucionário, se não procurar ter uma visão global de toda a sociedade, das relações entre as classes, com o governo, com o Estado, etc. Então, a defesa da independência orgânica - da autonomia - nada tem a ver com o distanciamento entre entidades e partidos, mas, ao contrário, implica num estreitamento de laços com os partidos revolucionários.

ÍNDICE

	PAG.
APRESENTAÇÃO	3
PEDRO ALVES	
BREQUE NA ABERTURA ? . . .	4
SERGIO RAMOS	
INTENTOS ENGANADORES . . .	11
DARCY ALBUQUERQUE	
DESCOMPASSOS DO PMDB . . .	15
A. CARVALHO E R. BATISTA	
A GRANDE GREVE DE ABRIL. .	19
ALICE PAIVA	
ALCANCE DO FEMINISMO . . .	27
A. SILVA E N. MATOS	
AUTONOMIA OU PANACÉIA ? . .	34

Correspondência, assinaturas e
números atrasados: DEBATE, a/c
J. Bourderie/ 146, r. Montmartre
75002 - Paris , F R A N Ç A